

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

**POLÍTICAS SOCIAIS: O PROGRAMA DE
TRANSFERÊNCIA DE RENDA BOLSA FAMÍLIA E
SEU IMPACTO FINANCEIRO NAS FAMÍLIAS
BENEFICIADAS NO MUNICÍPIO DE FLORES DA
CUNHA.**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Melina Bühler

**Santa Maria, RS, Brasil.
2013**

**POLÍTICAS SOCIAIS: O PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA
DE RENDA BOLSA FAMÍLIA E SEU IMPACTO FINANCEIRO
NAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS NO MUNICÍPIO DE FLORES
DA CUNHA.**

por

Melina Bühler

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública,
em nível de Especialização, da Universidade Federal de Santa Maria
(UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de
Especialista em Gestão Pública

Orientadora: Dra. Dalva Maria Righi Dotto

**Santa Maria, RS, Brasil.
2013**

**Universidade Federal de Santa Maria
Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública, em nível de
Especialização**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
Aprova a Monografia de Especialização

**POLÍTICAS SOCIAIS: O PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE
RENDA BOLSA FAMÍLIA E SEU IMPACTO FINANCEIRO NAS
FAMÍLIAS BENEFICIADAS NO MUNICÍPIO DE FLORES DA CUNHA.**

elaborada por

Melina Bühler

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Especialista em Gestão Pública

COMISSÃO EXAMINADORA

**Dra. Dalva Maria Righi Dotto
(Presidente / Orientadora)**

Dra. Mônica Elisa Dias Pons (PUCRS)

Me. Jefferson Mandracio Fagundes (UFSM)

Santa Maria, 05 de janeiro de 2013.

AGRADECIMENTOS

Em todos os momentos de nossa vida devemos agradecer os obstáculos ultrapassados, as vitórias alcançadas e a vida que Deus nos concedeu.

A Deus que nunca me abandonou. Esteve presente em todos os momentos difíceis, me dando forças para não desanimar e chegar ao final desta jornada.

Aos meus pais, Ivoni Lúcia e Arsenio Nelson, pela minha vida, por todo amor e carinho, por me incentivarem a conquistar meus objetivos e me apoiarem sempre na minha formação.

Aos meus irmãos, Carla, Morgana e Márcio, que durante todos esses anos foram para mim um grande exemplo de força, de coragem, perseverança e energia infinita para nunca desistir diante do primeiro obstáculo encontrado. Vocês são e sempre serão meu maior porto seguro aqui embaixo, meu maior exemplo de vitória, meus heróis e simplesmente aqueles que mais amo. Obrigada por estarem sempre comigo. Obrigada simplesmente por participarem comigo durante essa caminhada, me ajudando a construir os alicerces de um futuro que começa agora. Vocês me ensinaram direta e indiretamente lições pra toda uma vida.

A minha vó, Lúcia Vitória, uma mulher corajosa, forte e guerreira, fonte inesgotável de amor, carinho e incentivo que sempre esteve torcendo por mim, ansiando pelo meu sucesso.

A todos aqueles que contribuíram para que este momento pudesse acontecer muito obrigada!

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública
Universidade Federal de Santa Maria

POLÍTICAS SOCIAIS: O PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA BOLSA FAMÍLIA E SEU IMPACTO FINANCEIRO NAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS NO MUNICÍPIO DE FLORES DA CUNHA.

AUTORA: MELINA BÜHLER

ORIENTADORA: Dra. DALVA MARIA RIGHI DOTTO

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 05 de janeiro de 2013.

O presente estudo teve como propósito analisar a Política Social, Programa de transferência de renda Bolsa Família e seu impacto financeiro nas famílias beneficiadas no município de Flores da Cunha. Os dados que orientam essa análise foram obtidos através de trabalho de campo, através de entrevista social semi estruturada, realizada no bairro de maior vulnerabilidade do município de Flores da Cunha. Dessa forma, realizou-se a entrevista com as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, residentes no bairro Pérola. Após a análise dos dados coletados e da bibliografia pesquisada, foi verificado que o recurso financeiro repassado mensalmente não atende as demandas para as quais ele é repassado. Conclui-se desse modo que a transferência de renda mensal, é insuficiente para custear de maneira adequada as despesas mensais com alimentação, gerando insegurança alimentar.

Palavras-chaves: Programa de Transferência de Renda Bolsa Família – Alimentação – impacto financeiro.

ABSTRACT

Monograph of Specialization
Course of Pos-Graduation in Public Administration
Federal University of Saint Maria

SOCIAL POLICIES: THE INCOME TRANSFER PROGRAM BOLSA FAMÍLIA AND ITS FINANCIAL IMPACT ON BENEFICIARY FAMILIES IN THE CITY OF FLORES DA CUNHA.

AUTHORA: MELINA BÜHLER

ADVISOR: Dra. DALVA MARIA RIGHI DOTTO

Date and Place of Defense: Santa Maria, 05 January 2013.

The present study aimed to analyze the social policy program Bolsa Família cash transfer and its financial impact on beneficiary families in the city of Flores da Cunha. The data that guide this analysis were obtained through field work, through semi-structured interviews social held in the district of greater vulnerability of the city of Flores da Cunha. Thus, the interview was held with the families receiving the Family Grant Program, residents in the neighborhood Pearl. After analyzing the data collected and the literature surveyed, it was found that the transferred financial asset does not meet the monthly demands for which it is passed. The conclusion is thus that the transfer of monthly income is insufficient to adequately fund the monthly expenses on food, creating food insecurity.

Keywords: Transfer Program Grant Income Family - Food - financial impact.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Objetivos	11
1.1.1	Objetivo Geral	11
1.1.2	Objetivos Específicos	11
2	PROBLEMA DE PESQUISA.....	12
3	A SEGURIDADE SOCIAL E O PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA BOLSA FAMÍLIA - PBF	13
3.1	Mínimos Sociais	16
3.2	Histórico do Programa Bolsa Família e a Concessão de Benefícios.....	18
3.3	O Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico e o Programa de Transferência de Renda Bolsa Família	19
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	21
4.1	Delineamento e Definição de Termos	22
4.2	População e Amostra	23
4.3	Coleta e Análise de Dados.....	24
5	ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA E REFLEXÃO	24
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
	REFERÊNCIAS.....	50
	ANEXO 1.....	53
	ANEXO 2.....	56

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Responsável Familiar - Gênero	25
Gráfico 02 – Faixa etária do Responsável Familiar	26
Gráfico 03 – Estruturas Familiares: nucleares, monoparentais e ampliadas	27
Gráfico 04 – Escolaridade do Responsável Familiar	29
Gráfico 05 – Atividade laborativa do Responsável Familiar.....	30
Gráfico 06 – Composição Familiar: número de pessoas no domicílio	31
Gráfico 07 – Renda familiar mensal proveniente fo PBF	32
Gráfico 08 – Atualização do CadÚnico.....	33
Gráfico 09 – Dificuldades para cumprir as condicionalidades do PBF	34
Gráfico 10 – Participação da família em programas e atividades da Educação, Saúde e Assistência Social	36
Gráfico 11 – Despesas com Água Custeadas Mensalmente com o Recurso do PBF	37
Gráfico 12 – Despesas com Aluguel Custeadas Mensalmente com o Recurso do PBF.....	37
Gráfico 13 – Despesas com Medicação Custeadas Mensalmente com o Recurso do PBF	37
Gráfico 14 – Despesas com Produtos de Higiene Custeadas Mensalmente com o Recurso do PBF	38
Gráfico 15 – Despesas com Transporte Custeadas Mensalmente com o Recurso do PBF	38
Gráfico 16 – Despesas com Energia Elétrica Custeadas Mensalmente com o Recurso do PFB	38
Gráfico 17 – Despesas com Material Escolar Custeadas Mensalmente com o Recurso do PBF	39
Gráfico 18 – Despesas com Vestuário Custeadas Mensalmente com o Recurso do PBF.....	39
Gráfico 19 – Despesas com Alimentação Custeadas Mensalmente com o Recurso do PBF	39
Gráfico 20 – Outras Despesas Custeadas Mensalmente com o Recurso do PBF	

Gráfico 21 – O benefício recebido mensalmente, através do PBF, custeia de forma adequada, as despesas com alimentação da família	42
Gráfico 22 – Meses de recebimento do recurso financeiro do PBF	43
Gráfico 23 – Grau de qualificação sobre o recebimento mensal do recurso financeiro do PBF.....	44
Gráfico 24 – Sugestões e críticas ao PBF.....	46
Gráfico 25 – Beneficiários não localizados no endereço informado	46

1 INTRODUÇÃO

A má distribuição de renda no Brasil é histórica, havendo grande número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, alto índice de desemprego e analfabetismo. Contudo, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano 2011, o Brasil apresentou crescimento no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, nos últimos anos, bem como, em uma classificação mundial do IDH, e encontra-se em 84º (octogésimo quarto) lugar, estando classificado como Desenvolvimento Humano Elevado. Assim, podemos observar que há divergência da realidade apresentada e verificada diariamente. Os resultados apresentados também divergem dos padrões de produção e consumo das famílias, do acesso a recursos, dos níveis de pobreza e da capacidade de fazer face às dificuldades.

Pode-se afirmar que a ideia de combate à pobreza, propriamente dita, com a concessão de auxílio assistenciais, vem tomando forma desde os anos 80, quando o governo passou a proporcionar benefícios a essa parcela da população, como cestas básicas e vestuário. Somente a partir do ano de 1995, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, que os programas, que posteriormente vieram a ser chamados de Rede de Proteção Social, foram de fato incorporados ao sistema de assistência à população brasileira.

Desta forma, a Rede de Proteção Social foi criada, buscando proporcionar uma melhor redistribuição da renda, a partir de uma atenção maior às pessoas mais vulneráveis e às suas desigualdades, visando retirá-las da exclusão. Essas medidas sociopolíticas visam combater em curto prazo a desigualdade social, a precariedade de vida e atender aos direitos e necessidades universais, estabelecidas constitucionalmente, como educação; saúde e assistência social, reduzindo a pobreza a cada geração. Os Programas de Transferência de Renda passam a ser considerados importantes mecanismos para o enfrentamento da pobreza e como possibilidade de dinamização da economia, principalmente em pequenos municípios encontrados em todo o Brasil (Brasil, 2007).

Partindo desse referencial, os Programas de Transferência de Renda são considerados como eixo prevalente no atual Sistema Brasileiro de Proteção Social

(Brasil, 2007), situando-se no âmbito das transformações econômicas e societárias que vêm marcando a reestruturação do capitalismo mundial.

Para tanto, apresenta-se uma análise do Programa de transferência de renda Bolsa Família - PBF, que representa na atualidade o principal componente do Sistema Brasileiro de Proteção Social (MDS). Algumas questões devem ser postas, sendo a principal delas, se o PBF tem de fato reduzido o nível de pobreza das famílias beneficiárias do programa no município de Flores da Cunha, mais propriamente dito, as famílias beneficiárias e residentes no bairro Pérola, e quais os impactos futuros do programa sobre a redução da pobreza, bem como, se o recurso financeiro do mesmo é suficiente para custear as despesas para as quais ele é proposto.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar se o atual valor repassado mensalmente as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família do município de Flores da Cunha, atende a principal demanda para a qual ele é repassado: custear as despesas, de forma adequada, com a alimentação familiar.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Conhecer os programas e projetos que as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família do município de Flores da Cunha estão inseridas (saúde, educação e assistência social);

- Verificar se as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família do município de Flores da Cunha estão com o Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal atualizado, ou seja, válido;
- Constatar de que forma é empregado o recurso financeiro recebido mensalmente pelas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família do município de Flores da Cunha, conforme preconiza o programa;
- Analisar se a segurança alimentar é garantida, a partir dos recursos financeiros percebidos mensalmente por este programa.

2 PROBLEMA DE PESQUISA

O município de Flores da Cunha/ RS, foi colonizado no início de 1879 quando trinta famílias vindas do norte da Itália estabeleceram-se no lugar que denominaram Nova Trento. Localiza-se a 150 km da capital gaúcha, Porto Alegre, tendo atualmente cerca de 27 (vinte e sete) mil habitantes. As principais fontes econômicas do município são a indústria moveleira e a produção de vinho. Um forte apelo do município é a preservação das tradições culturais, herdadas dos imigrantes italianos, fundamentados na língua, na gastronomia, na música, na religiosidade, nos usos e costumes nos demais elementos da cultura de imigração da região nordeste do estado do Rio Grande do Sul.

Relacionado ao PBF, o município conta atualmente com cerca de 400 (quatrocentas) famílias beneficiárias, com valores bem variados, desde o mínimo ao máximo dos valores transferidos mensalmente pelo MDS. No entanto, o município, assim como grande parte dos municípios contemplados com este programa, não realiza nenhum trabalho específico de orientação e acompanhamento destes beneficiários, principalmente no que tange as despesas custeadas com este benefício e a organização do orçamento familiar, conscientizando os beneficiários de que este repasse financeiro mensal deve ser utilizado principalmente nas despesas

alimentares e auxiliando-os a organizarem-se com o restante das despesas, não sendo este recurso utilizado de maneira inadequada.

Sendo assim, questiona-se: o atual valor da transferência de renda realizada pelo PBF aos beneficiários do município de Flores da Cunha atende as demandas para os quais ele é repassado, conforme preconiza o programa?

3 A SEGURIDADE SOCIAL E O PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA BOLSA FAMÍLIA - PBF

As transformações econômicas, políticas, sociais, culturais e industriais que ocorreram ao longo dos últimos setenta anos, nas quais se deram o processo de urbanização da sociedade brasileira, resultaram na expansão das cidades, no significativo aumento demográfico e na “banalização” da situação social. Assim, elevações nas situações de vulnerabilidade como pobreza, desemprego, falta de habitação digna, entre outras, colocaram em evidência a questão social e o papel do Governo Federal, Estados e Municípios.

O esforço das três esferas, Governo Federal, Estados e Municípios, em estruturar políticas públicas e programas, especificamente nas áreas do Tripé da Seguridade Social, destinados à prestação de bens e serviços, bem como à transferência de renda, teve como objetivo a garantia aos direitos sociais, equalização das oportunidades, redução dos riscos sociais, e enfrentamento as condições de pobreza. Não obstante, a sua heterogeneidade e ineficiência são apenas algumas das dificuldades não desprezíveis, para a análise acadêmica, reafirmando sua importância para um estudo mais detalhado do processo de reorganização do sistema social.

Dentre está narrativa, a Constituição Federal de 1988 tentou superar o antigo sistema de proteção social marcado pelo autofinanciamento excludente e não distributivo (focalizado), procurando instituir bases para a organização de um sistema universal e garantidor de direitos a todos. Deste modo, assim como exigiu esforços de reorganização das políticas já existentes, exigiu também, a criação de novas garantias de proteção social, levando à criação de um novo conjunto de

intervenções por parte dos três níveis. Assim, busca-se distinguir as políticas sociais universais das políticas focalizadas de combate à pobreza. A equidade foi à base da universalização das políticas sociais, defendendo a repartição dos recursos de forma a garantir, igualmente, a cada pessoa, os bens e serviços necessários à satisfação de suas necessidades básicas e, portanto, o respeito aos direitos sociais (PEREIRA, 2002).

Em 2000, a Organização das Nações Unidas - ONU, ao analisar os maiores problemas mundiais, estabeleceu 8 Objetivos do Milênio (8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM), que devem ser atingidos por todos os países até 2015. O Brasil, o objetivo de reduzir pela metade o número de pessoas vivendo em extrema pobreza, já foi cumprido: em 1990 era 25,6% da população, e em 2008 era 4,8%. Todavia, estes 4,8% da população, na sua grande maioria, ainda tem renda inferior a US\$ 1,25 por dia (ONU, 2000).

A questão social é extremamente complexa, demandando diversos olhares, diversas maneiras de abordagem, agregando saberes e práticas para a captação e construção de desfecho que garanta a população uma vida de qualidade, assim Carvalho e Iamamoto ensinam:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (CARVALHO e IAMAMOTO, 1983, p.77).

O PBF – Programa de Transferência de Renda Bolsa Família - apresenta significativos avanços, todavia, o senso comum apresenta dificuldades em aceitar a efetivação dos direitos sociais básicos da população. Quando se debate a efetivação dos direitos sociais, previstos na Constituição Federal de 1988, os entraves na aceitação e concepção dos mesmos vem à tona. O PBF é percebido como responsável por acomodação, dependência e falta de iniciativa. Afirma-se que as conclusões e análises, revelam a desconfiança e o preconceito da elite e classe média, com relação aos pobres. Seguindo o raciocínio, a “classe A e B”, percebe e entende que os pobres se valem das três esferas do Governo, para seus fins

personais, acomodando-se e mantendo um ciclo vicioso de dependência e comodismo.

Percebe-se este “pensamento” como uma afronta aos direitos previstos na Constituição Federal de 1988, e à cidadania, pois é sabido que no Brasil nunca houve um sistema de proteção social que garantisse a manutenção de qualquer forma de dependência. Para mais, esses argumentos liberais valorizam demasiadamente a ética do trabalho, o sistema econômico e suas estruturas funcionais, enquanto que as necessidades reais dos cidadãos, principalmente dos pobres, aparecem em último plano (PEREIRA, 2002).

Para tanto, estes críticos não visam o benefício proporcionado pelo PBF, quando famílias deixam de atuar em atividades degradantes, através do auferimento do benefício, bem como, em relação a crianças e adolescentes, os quais exercem atividades insalubres e humilhantes. Ademais, muitos analistas do PBF destacam seu cunho emergencial e paliativo, como uma porta de saída em direção à autonomia e à emancipação.

Contudo, o PBF tem sido capaz apenas de melhorar a situação de vida dessas famílias, sem, entretanto, retirá-las do nível de pobreza em que se encontram. Esses programas, quando não articulados a uma política macroeconômica de crescimento sustentável e de redistribuição de renda, podem significar melhorias imediatas de famílias que vivem em extrema pobreza, mas não as superam, melhorando a situação vivenciada pelas famílias pobres, sem ultrapassar a denominada linha de pobreza.

Já Schwartzman, põe em xeque as virtudes atribuídas ao PBF como instrumento para a superação da pobreza. Para o sociólogo, o verdadeiro mérito do programa estaria na capacidade demonstrada de tirar famílias da miséria e mantê-las acima da linha de pobreza extrema, contudo, à superação da pobreza, só existiria na “fanfarra política”.

No que se refere à institucionalidade do PBF, um aspecto a ser destacado é que o desenho deste depende da ação coordenada dos três níveis, Governo Federal, Estadual e Municipal e de diversos setores não governamentais.

3.1 MÍNIMOS SOCIAIS

Segundo Pereira (2002, p. 67), as necessidades humanas estipulam o que as pessoas devem conseguir se quiserem evitar sérios e prolongados prejuízos, considerando que tais prejuízos põe em risco a possibilidade objetiva dos indivíduos de viver física e socialmente, prejudicando a sua participação ativa e crítica na sociedade. Portanto, a satisfação das necessidades humanas é uma condição necessária à prevenção desses prejuízos, daí a importância à referência desta como um critério primeiro na tomada de decisões, política, econômica, jurídica, cultural e ideológica.

Isto porque, no marco da recente valorização do estatuto da cidadania, o conceito de necessidades básicas assumiu papel preponderante na justificação dos direitos sociais e das políticas públicas que lhes são correspondentes. Destarte, falar atualmente em direitos e políticas sociais públicas implica recorrer ao conceito de necessidades humanas básicas (...) (PEREIRA, 2002 - p. 37).

O conceito de necessidades humanas passou a ser conteúdo de discussão dos setores intelectuais políticos e acadêmicos, principalmente por ser dada sua contribuição à formulação de políticas públicas. Porém, a discussão sobre necessidades humanas traz ambiguidades, imprecisões entre os teóricos que discutem esse tema. Pereira (2002) utiliza Doyal e Gough (1991) para explicar que

Muitas vezes o termo necessidades humanas tem uma conotação tão ampla, relativa e genérica que fica difícil identificar os conteúdos, contornos e particularidades desse conceito. Outras vezes, tal noção é concebida e trabalhada de modo tão subjetivo e arbitrário, que as políticas sociais informadas por essa noção revelam-se inconsistentes, quando não caóticas ou abstratas.

Para que o conceito de mínimos sociais não seja tido a partir de sua nomenclatura, torna-se importante a noção e a compreensão sobre necessidades humanas, que não possibilita ambiguidades e dilemas, mas que traz consigo a discussão de direito social universal e objetivo.

Há que se defender, portanto, a noção de necessidades humanas e suas formas de satisfazê-las e, ao adotar – como se tem na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS – o conceito de provisão de mínimos sociais deve-se ter como

parâmetro a noção de necessidades humanas, levando ao conhecimento de todos os cidadãos, para que assim, após terem consciência de que existem necessidades humanas a serem satisfeitas e que estas figuram como direito, os sujeitos sociais possam organizar-se enquanto força política e levar à arena de discussão, seus reclames, suas necessidades quando estas não estiverem sendo satisfeitas, extrapolando a noção dominante de mínimos sociais, e superando este conceito. Porém, quanto ao acesso aos direitos sociais e alcance da cidadania, ela não é nada mais do que mínima insuficiente.

3.2 HISTÓRICO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

Conforme mencionado anteriormente, desde os anos 80 que a ideia de combate à pobreza, propriamente dita, vem sendo discutida com debates sobre promover assistência às famílias pobres e miseráveis. A concessão de benefícios, mera “ajuda”, era realizada pontualmente e de forma indireta, geralmente com a distribuição de cestas básicas em áreas vulneráveis.

Nos anos 80, um trecho da música Comida dos Titãs soou como crítica aos formuladores de políticas públicas no Brasil: “a gente não quer só comida”. Naquela época, a reflexão social promovida pela redemocratização do país favorecia a percepção pública do assistencialismo que impregnava muitas ações de combate à pobreza, que costumavam dar comida. Para tanto, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, finalmente os chamados programas de distribuição de renda foram efetivamente implantados no país, sendo estes: o "Bolsa Escola", o "Auxílio Gás" e o "Cartão Alimentação". Todos os programas estavam agrupados na chamada Rede de Proteção Social.

A partir destes programas, em outubro de 2003, durante o governo Lula, o PBF foi criado, sendo legalizado a nível federal, através da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, o que lhe confere mais estabilidade e aponta para a perspectiva de continuidade em sua implementação. O PBF é um programa de transferência de renda com condicionalidades, passando a integrar e unificar ao Programa Fome

Zero, voltado para famílias vulneráveis. Segundo Ministério de Desenvolvimento e Combate a Fome – MDS, a vulnerabilidade social refere-se também às situações gerais de carência advindas do estado de pobreza ou da incapacidade de acessar bens e serviços mínimos à garantia da reprodução da vida social e familiar. O programa define pobreza segundo a renda familiar per capita mensal (MDS, 2010).

O PBF foi elaborado visando minimizar a ocorrência de sobreposições de programas; desperdício de recursos por falta de uma coordenação geral e dispersão dos programas em diversos ministérios; falta de planejamento e mobilidade dos profissionais de referência; e alocações orçamentárias insuficientes, pois segundo o diagnóstico realizado pela equipe de transição do Governo Lula, a pluralidade desses programas tornou a operacionalidade dispersa e ineficiente, não sendo possível superar características marcantes das políticas sociais tradicionais, o que levou a equipe do governo de Lula a propor a unificação dos programas e criar o PBF (MDS).

É considerado um dos principais programas de combate à pobreza do mundo, tendo sido nomeado como "um esquema anti-pobreza originado na América Latina que está ganhando adeptos mundo afora" pela britânica *The Economist*. Em junho de 2011, a presidente Dilma Rousseff anunciou a expansão do programa, como parte do programa Brasil sem Miséria, que tem como objetivo retirar da situação de pobreza extrema 16,2 milhões de pessoas que vivem com menos de R\$ 70 por mês (MDS, 2012).

Por meio do PBF, as famílias em situação de vulnerabilidade social, acessam por meio a transferência de renda, o direito à alimentação. Para tanto, há a transferência de uma renda mensal diretamente para as famílias e as mesmas fazem o resgate deste valor através de saque com cartão magnético distribuído pela Caixa Econômica Federal. Destina-se às famílias extremamente pobres, com renda *per capita* mensal de até R\$ 70,00, independentemente de sua composição e às famílias consideradas pobres, com renda *per capita* mensal de entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00, desde que possuam gestantes, ou nutrizes, ou crianças e adolescentes entre 0 a 15 anos e jovens entre 16 e 17 anos. O primeiro grupo de famílias recebe um benefício fixo no valor de R\$ 70,00, e ambos os grupos, recebem o Benefício Variável (BV) no valor de R\$32,00 por cada filho de zero a 15 anos de idade, limitado a cinco beneficiários por família. O Benefício Variável Vinculado ao

Adolescente (BVJ) no valor de R\$ 38,00 por cada jovem entre 16 e 17 anos, limitado a dois jovens por família, o Benefício Variável Gestante (BVG) no valor de R\$ 50,00 durante os nove meses de gestação. O Benefício Variável Nutriz (BVN), no valor de R\$32,00 por cada bebê até completar seis meses de vida. E o Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância (BSP), com valores variáveis conforme as características de cada família. O benefício pode iniciar no valor de R\$ 32,00 (mínimo), podendo alcançar um valor de benefício mensal de até R\$ 500,00 por família (máximo) (MDS, 2012).

As famílias têm “liberdade” na aplicação do dinheiro recebido, pois não existe nenhuma fiscalização com relação a este gasto. No entanto os beneficiários são orientados a utilizar o recurso principalmente nas despesas com alimentação, e podendo permanecer no programa enquanto houver a manutenção dos critérios de elegibilidade e cumprindo as condicionalidades indicadas, desde que lhes sejam oferecidas condições para tal. A socióloga Maria Inês Caetano Ferreira, se preocupa em averiguar se participar do PBF permite às famílias pobres terem acesso a direitos sociais, ainda que “forçadas” pelo programa. As contrapartidas funcionariam, assim, como uma “obrigação positiva”, contudo, como pondera a socióloga, *“o não cumprimento das condicionalidades pelas famílias pode estar vinculado ao problema de o próprio Estado não oferecer condições para tanto, não oferecer escola e saúde pública”*. Seria justo cobrar das famílias quando é o Estado que deixa de cumprir suas responsabilidades?

3.3 O CADASTRO ÚNICO PARA OS PROGRAMAS SOCIAIS – CADÚNICO E O PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA BOLSA FAMÍLIA

O ingresso das famílias no PBF ocorre por meio do Cadastramento Único do Governo Federal (CadÚnico) instituído em 2001, ainda, no governo de Fernando Henrique Cardoso. O objetivo deste cadastro é uniformizar as informações socioeconômicas da população de baixa renda, a fim de mapear e identificar possíveis beneficiários do PBF e de todos os demais programas sociais, propondo-

se também a subsidiar o planejamento de políticas públicas dos diferentes níveis de governo, como por exemplo, a política pública de habitação.

Para tanto, cabe aos municípios, única e exclusivamente, o papel de executar o processo de coleta, cadastramento, atualização e exclusão dos cadastros e dados referentes ao CadÚnico. As principais informações que constam no CadÚnico dizem respeito às características do domicílio, a composição familiar, qualificação escolar e profissional, grau de parentesco, rendimentos, despesas familiares e acesso aos demais programas do Governo Federal.

Desde os anos 90, os programas de transferência direta de renda transformaram-se num instrumento valioso, com implicações econômicas e sociais, para o enfrentamento da pobreza no Brasil. Neste sentido, o principal programa dessa natureza, o PBF, tem se expandido e gerado efeitos relevantes, não estando isento de críticas e problemas. Na verdade, os estudos realizados têm apontado que, apesar dos limites, o PBF tornou-se um indicador do quanto é possível fazer com políticas públicas, bem como, ampliar a autonomia financeira das famílias beneficiárias.

O município de Flores da Cunha deveria modificar as ações pontuais e emergenciais, restritas ao cadastramento das famílias e resolutividade de complicações no recebimento do benefício, e concentrar a atenção nas estratégias locais de inclusão das famílias, tornando o PBF não somente em uma porta de entrada, mas também de saída às famílias em condição de pobreza, autonomia financeira e organização do orçamento familiar.

O Governo Federal, no ano de 2011, aumentou em cerca de 19,4% o repasse financeiro as famílias, o que em valores seriam em torno de R\$ 1,4 bilhão por mês. Seria este aumento significativo baseado em que? Um estudo comprovando que o repasse realizado até o momento não atendia as demandas para o qual este é destinado, ou seria para o Brasil cumprir suas metas com a Organização das Nações Unidas (ONU) onde deve ser erradicada a extrema pobreza até o ano de 2013. Existe a possibilidade de este significativo repasse financeiro ser em virtude de inúmeras famílias com perfil para acessar o PBF, não serem contempladas com tal programa, aproximadamente 800 mil famílias, no entanto, se este fosse o objetivo, não seria necessário o aumento do repasse das variáveis e sim a contemplação de mais beneficiários. Assim, entende-se que o Governo Federal, não

identificou a real necessidade dos beneficiários, talvez fosse necessário, que este repassasse recursos aos municípios, para que fosse realizado um diagnóstico das diversas realidades, e desta forma, conhecendo as particularidades de cada município, a implementação de políticas mais efetivas para a realidade, em parceria com próprio município. Quem sabe um programa habitacional vinculado ao PBF, o repasse financeiro mensal seria destinado diretamente ao pagamento da parcela residencial, pois sendo este programa de interesse social, a Caixa Econômica Federal custeia um valor elevado restando para a família o pagamento de uma parcela acessível.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A análise do impacto financeiro do PBF será realizado com base nos dados extraídos da base de dados do CadÚnico, um instrumento de administração pública que sistematiza várias informações socioeconômicas referentes a famílias de baixa renda de todos os municípios brasileiros, especificamente do município de Flores da Cunha/RS, e dados do MDS.

Para realização do presente trabalho, inicialmente foi identificado o universo desta pesquisa: 998 (novecentas e noventa e oito) famílias cadastradas no CadÚnico do município de Flores da Cunha e cerca de 388 (trezentas e oitenta e oito) famílias cadastradas e recebendo mensalmente os valores provenientes do PBF.

Nesta perspectiva, este trabalho se propõe a realizar uma análise de cunho econômico e social sobre a atuação do PBF, no município de Flores da Cunha. Para tanto, como procedimento metodológico, realizou-se um breve levantamento da literatura econômica, social e de políticas públicas, abrangendo distintas interpretações para a trajetória histórica da política social brasileira, visando à construção da entrevista, que foi utilizada como técnica de *mediação*, que visa à transferência de informação do entrevistado para o entrevistador.

Portanto, partindo do princípio de que um método é a forma escolhida para se chegar a um determinado resultado, a pesquisa foi desenvolvida sob o método de

entrevista social, seguida de uma análise teórica, uma vez que, ao se estudar um caso em profundidade, este pode ser considerado, a luz do pensamento de Marconi (1996, p. 66), como “representativo de muitos outros ou até de todos os casos semelhantes”. Portanto, ao se saber o resultado extraído do método será feita uma análise teórica, constituindo-se no núcleo central da pesquisa.

4.1 DELINEAMENTO E DEFINIÇÃO DE TERMOS

As variáveis utilizadas pelo estudo serão: população, recursos financeiros transferidos mensalmente a esta população, gastos realizados com este benefício, total de famílias beneficiadas pelo programa no município de Flores da Cunha/RS e percentual de CadÚnicos válidos.

As variáveis foram escolhidas com base nas informações fornecidas pelo MDS, SIGPBF, Bolsa Família Informa e as informações repassadas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Flores da Cunha sobre o PBF e seus beneficiários neste município.

Os dados foram operacionalizados e analisados de forma quantitativa e qualitativa: análise de documentos, pesquisa de campo, avaliação qualitativa e entrevista semi-estruturada.

Freitas e Moscarola (2000) abordam a quantificação do conteúdo, colocando que se há interesse em quantificar, deve-se decidir o tamanho dos elementos, segundo os quais se vão decompor o conteúdo.

Segundo os mesmos autores, o valor da análise de conteúdo como instrumento de pesquisa deve atender para: a) a fidelidade, onde vale mais a presença ou a ausência de determinado elemento e não sua frequência; b) validade lógica, ou seja, uma análise é válida quando a descrição quantificada que oferece do conteúdo (objeto do estudo) é significativa para o problema originalmente colocado e quando reproduz fielmente a realidade dos fatos que traduz; e c) validade empírica e medida da validade, em vez de convicções, indicações, os autores recomendam prudência e humildade nas conclusões, porém, acreditam que a experiência e a

capacitação do analista referendarão o valor de suas análises (FREITAS; MOSCAROLA, 2000).

4.2. POPULAÇÃO E AMOSTRA

O município de Flores da Cunha é um município de alto poder aquisitivo, famílias de poder econômico elevado, sendo o maior produtor de vinhos e o segundo maior produtor de uvas do Brasil, bem como, o segundo maior produtor de alho e do setor moveleiro do estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, os índices de desemprego são baixos e o PIB per capita de R\$ 19.378,00 (site FEE). A população do município é composta por 27.126 habitantes, concentrando-se na zona rural, 6.2741 habitantes, e urbana, 20.855 habitantes (site FEE).

Pelas informações obtidas no CadÚnico, este município tem atualmente 388 (trezentas e oitenta e oito) famílias beneficiárias do PBF, porém como é inviável entrevistar a todas as famílias, a amostragem é de famílias que residem no Bairro Pérola, na intenção de verificar e analisar o impacto financeiro percebido pelas famílias ao longo dos meses. O município tem cerca de 21 (vinte e um) bairros e comunidades, contudo, foi escolhido o bairro Pérola, por este ter a maior concentração de beneficiários, bem como, ser o bairro com maiores índices de vulnerabilidade social, conforme apresentado no Diagnóstico Socioterritorial realizado pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, tendo inclusive diversas famílias residentes em áreas de invasão. Foram entrevistadas 40 (quarenta) famílias, as quais residem no referido bairro e recebem mensalmente de R\$32,00 a R\$422,00 de repasse financeiro do PBF.

4.3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Foram entrevistadas 40 (quarenta) famílias beneficiárias do PBF com renda mensal entre R\$ 70,00 e R\$ 140,00 no município de Flores da Cunha/RS, residentes no bairro Pérola, recebendo mensalmente o valor de R\$ 32,00 a R\$ 422,00.

Os dados foram coletados por meio de questionários semi estruturadas – ANEXO 1 - (Gil, 1987) e análise documental. Destacando-se que a análise proposta visa à compreensão do impacto financeiro do repasse mensal do PBF a estas famílias, onde um conjunto de valores, interesses e perspectivas estão em constante movimento, identificando limites e apontando para possibilidades de melhorias.

As entrevistas foram realizadas entre agosto e novembro de 2012, sendo as famílias entrevistadas escolhidas através de amostragem a partir do cadastro do CadÚnico. A coleta e o processamento de dados na fase quantitativa fora realizado pela autora da pesquisa, sendo os resultados ponderados estatisticamente.

Após leitura das respostas dos entrevistados, a *análise de conteúdo*, será composta por três momentos: (1) Pré-análise, (2) Exploração do material e (3) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 1977; MINAYO, 2006).

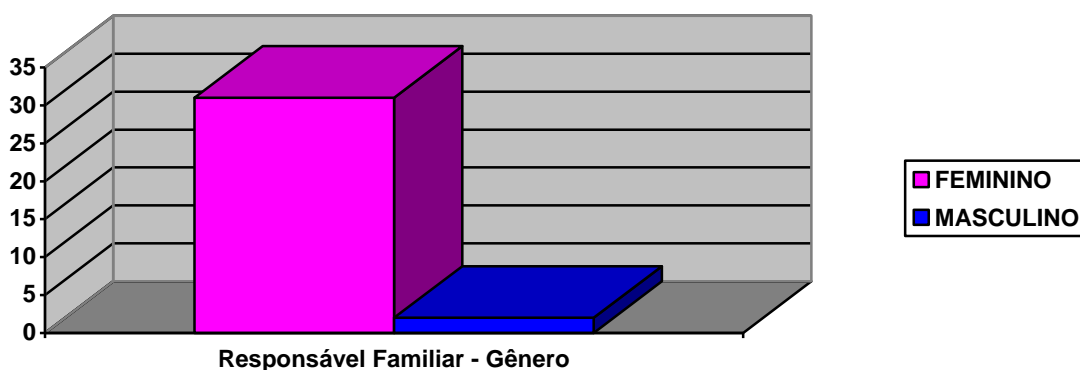
A preparação de um bom questionário exige do pesquisador conhecimento prévio do tema ou do objeto de pesquisa, pois as informações obtidas mediante entrevistas são consideradas importantes, pois fornecem respostas adequadas ao que se deseja conhecer.

5 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA E REFLEXÃO

A entrevista estruturada, já mencionada anteriormente neste trabalho, foi realizada afim de, apresentar uma contribuição para a discussão dos mínimos sociais e necessidades humanas dos beneficiários do PBF, os quais recebem uma renda mensal.

Para melhor visualização das informações adquiridas através do instrumento de entrevista, serão apresentados gráficos com as informações coletadas nas trinta e três entrevistas válidas, pois sete entrevistas não foram possíveis de serem realizadas. Os gráficos apresentam informações como: gênero, faixa etária, escolaridade, atividade laborativa, composição familiar, renda familiar, atualização do CadÚnico, condicionalidades do PBF, participação em programas e projetos, percentual de gastos realizados com o recurso financeiro do PBF, alimentação, tempo de recebimento do benefício do BF e percepção do benefício.

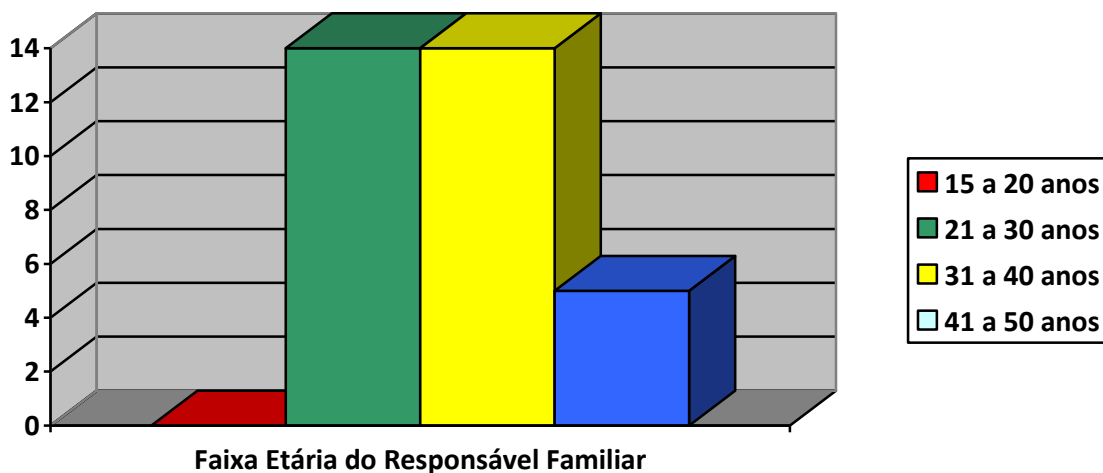
Gráfico nº 01 – Responsável Familiar – Gênero



Fonte: Entrevistas realizadas com os beneficiários do Programa Bolsa Família do bairro Pérola – Município de Flores da Cunha – 2012.

Os dados do Gráfico nº 01 indicam que a grande maioria dos Responsáveis Familiares destas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, no bairro Pérola – município de Flores da Cunha é constituída de mulheres, 94% (31 mulheres) de mulheres e 6% (2 homens) de homens. Para tanto, estas famílias beneficiárias não fogem ao preconizado pelo Governo Federal, que incentiva a priorização das mulheres como Responsáveis Familiares, e, por conseguinte, responsáveis pelo recebimento e gerenciamento do benefício do PBF.

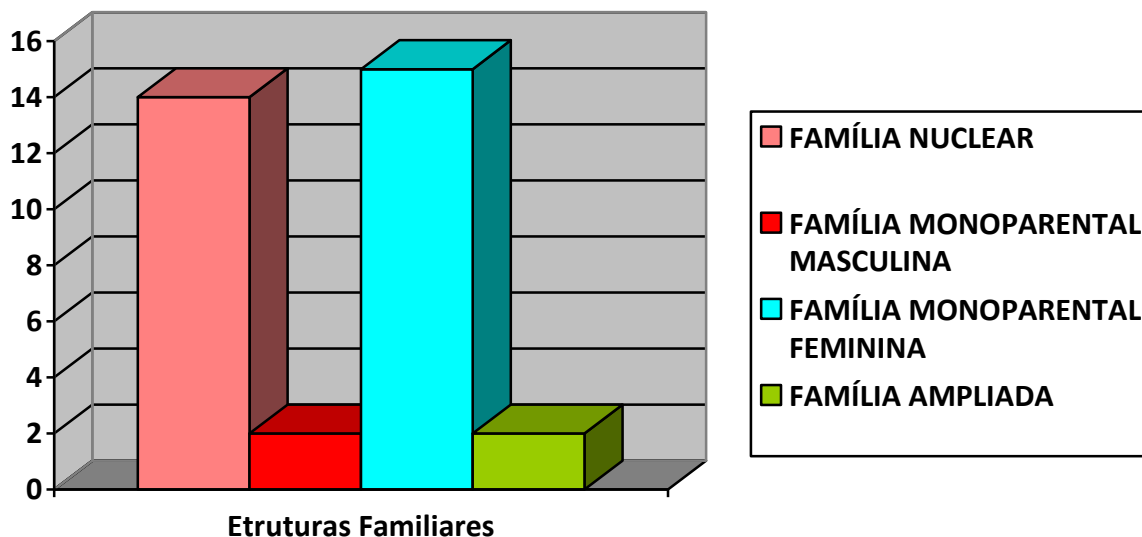
Gráfico nº 02 – Faixa Etária do Responsável Familiar



Fonte: Entrevistas realizadas com os beneficiários do Programa Bolsa Família do bairro Pérola – Município de Flores da Cunha – 2012.

Os dados do Gráfico nº 02 apresentam idades variáveis com relação aos Responsáveis Familiares, identificou-se que na faixa etária de 15 a 20 anos não existe nenhum Responsável Familiar – 0%; na faixa etária de 21 a 30 anos a 42,5% (13 mulheres e 1 homem); na faixa etária de 31 a 40 anos há 42,5% (14 mulheres); e na faixa etária de 41 a 50 anos há 15% (4 mulheres e 1 homem). Desta forma, identificamos que a faixa etária de 21 a 30 anos e a faixa etária de 31 a 40 anos, apontam a mesma proporção de Responsáveis Familiares, contudo na primeira faixa etária é observado que são treze mulheres e um homem e na segunda faixa etária mulheres na sua totalidade, não divergindo dos índices a nível nacional, onde a maioria dos responsáveis está na faixa etária altamente produtiva, dos 18 aos 40 anos, e a maior incidência de mulheres jovens do que homens.

Gráfico nº 03 – Estruturas Familiares: Nucleares, Monoparentais ou Ampliadas



Fonte: Entrevistas realizadas com os beneficiários do Programa Bolsa Família do bairro Pérola – Município de Flores da Cunha – 2012.

A família assume uma estrutura característica, compondo-se de um conjunto de indivíduos com condições e em posições, socialmente reconhecidas, e com uma interação regular e recorrente, socialmente aprovada. Assim, a família é definida como um conjunto invisível de exigências funcionais que organiza a interação dos membros da mesma, considerando-a, igualmente, como um sistema, que opera através de padrões transacionais. Assim, no interior da família, os indivíduos podem constituir subsistemas, podendo estes ser formados pela geração, sexo, interesse e/ou função, havendo diferentes níveis de poder, e onde os comportamentos de um membro afetam e influenciam os outros membros. A família como unidade social, enfrenta uma série de tarefas de desenvolvimento, diferindo em nível dos parâmetros culturais, mas possuindo as mesmas raízes universais (MINUCHIN, 1990).

Estas estruturas podem ser classificadas da seguinte forma:

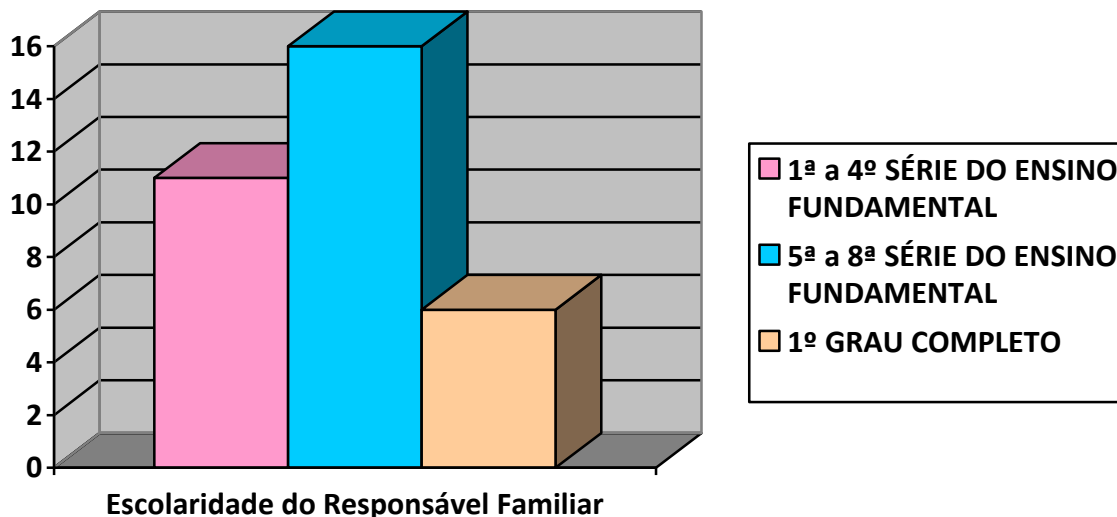
Família nuclear: consiste em duas pessoas adultas (tradicionalmente uma mulher e um homem) e nos seus filhos, biológicos ou adotados, habitando um ambiente familiar comum.

Família monoparental masculina ou feminina: trata-se de uma variação da estrutura nuclear devido a fenômenos sociais, como o divórcio, óbito, abandono de lar, ilegitimidade ou adoção de crianças por uma só pessoa, pois são famílias compostas pelo pai e seus filhos ou a mãe e seus filhos.

Família ampliada: consiste na família nuclear, mais os parentes diretos ou colaterais, existindo uma extensão das relações entre pais e filhos para avós, pais e netos.

Os dados do Gráfico nº 03 indicam que as famílias beneficiárias do PBF no bairro Pérola - município de Flores da Cunha, são compostas de 42,5% de famílias nucleares (14 famílias); 6% de famílias monoparentais masculinas (2 famílias); 45,5% de famílias monoparentais femininas (15 famílias); e 6% de famílias ampliadas (2 famílias). Em todas as famílias, independentemente da sociedade, cada membro ocupa determinada posição ou tem determinado estatuto, como por exemplo, marido, mulher, filho ou irmão, sendo orientados por papéis. Papéis estes, que não são mais do que, “as expectativas de comportamento, de obrigações e de direitos que estão associados a uma dada posição na família ou no grupo social” (DUVALL; MILLER cit. por STANHOPE, 1999; p. 502). Assim sendo, os seus papéis variam muito, tendo NYE (cit. por STANHOPE, 1999) considerado como característicos os seguintes: a “socialização da criança”, relacionado com as atividades contribuintes para o desenvolvimento das capacidades mentais e sociais da criança; os “cuidados às crianças”, tanto físicos como emocionais, perspectivando o seu desenvolvimento saudável; o “papel de suporte familiar”, que inclui a produção e/ou obtenção de bens e serviços necessários à família; o “papel de encarregados dos assuntos domésticos”, onde estão incluídos os serviços domésticos, que visam o prazer e o conforto dos membros da família; o “papel de manutenção das relações familiares”, relacionado com a manutenção do contacto com parentes e implicando a ajuda em situações de crise; o “papel terapêutico”, que implica a ajuda e apoio emocional aquando dos problemas familiares; o “papel recreativo”, relacionado com o proporcionar divertimentos à família, visando o relaxamento e desenvolvimento pessoal. Contudo, há a salientar, que nas famílias monoparentais os papéis atribuídos são flexibilizados, assim como, a possibilidade de troca ocasional desses mesmos papéis, pois a ausência de um dos membros obriga outro a desempenhar este papel.

Gráfico nº 04 – Escolaridade do Responsável Familiar



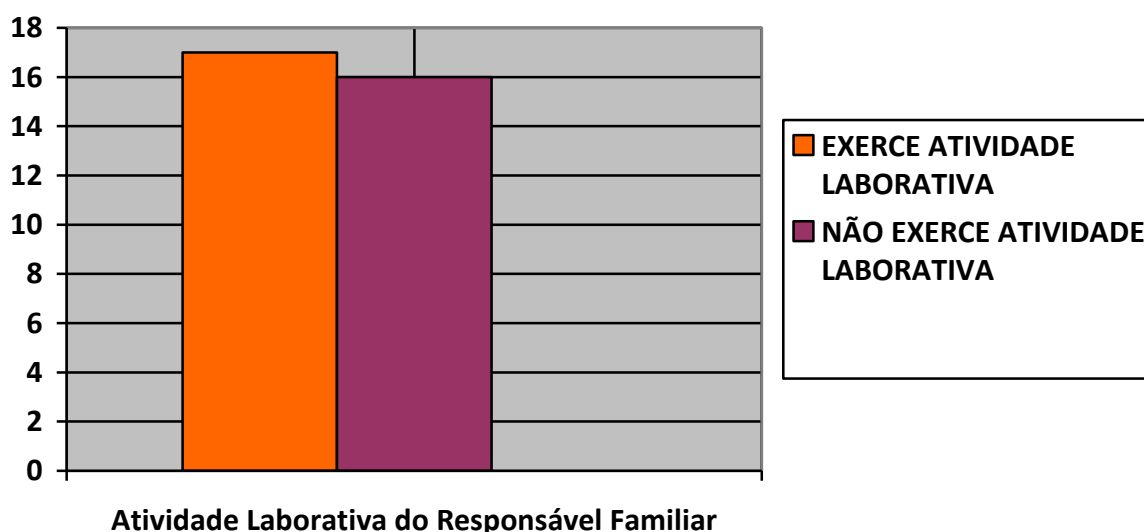
Fonte: Entrevistas realizadas com os beneficiários do Programa Bolsa Família do bairro Pérola – Município de Flores da Cunha – 2012.

Os dados do Gráfico nº 04 apresentam baixa escolaridade entre os Responsáveis Familiares das famílias beneficiárias do PBF, no bairro Pérola – município de Flores da Cunha. Constatou-se que 33% (11 Responsáveis Familiares) frequentou de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental; 49% (16 Responsáveis Familiares) frequentou da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental (inconcluso); e apenas 18% (6 Responsáveis Familiares) concluíram o Ensino Fundamental.

Geralmente, se atribuem maiores chances de sobrevivência autônoma a aqueles com maior tempo de estudo, grau de instrução. Esse baixo nível de escolaridade deve ser considerado quanto ao planejamento de programas e ações, tanto no nível coletivo quanto no individual. O nível educacional interfere diretamente no desenvolvimento da consciência, na capacidade de entendimento e na prática do auto cuidado, interferindo diretamente nas mais distintas relações.

Considerando que a alfabetização é uma das portas de acesso para a inclusão social e para o efetivo exercício da cidadania, este dado aponta para a urgência de intervenções que gradativamente alterem o quadro atualmente existente.

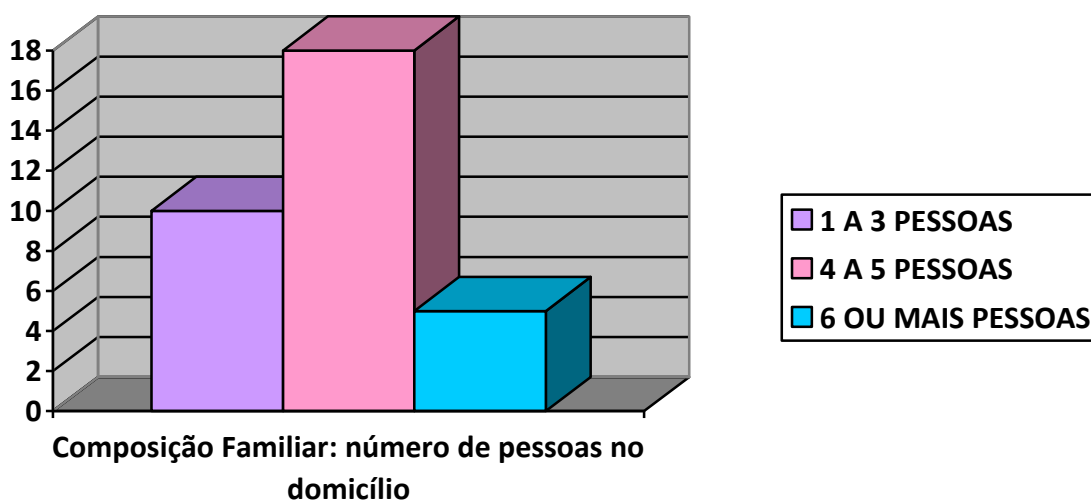
Gráfico nº 05 – Atividade Laborativa do Responsável Família



Fonte: Entrevistas realizadas com os beneficiários do Programa Bolsa Família do bairro Pérola – Município de Flores da Cunha – 2012.

Os dados do Gráfico nº 05 mostram a equiparidade com relação aos Responsáveis Familiares que exercem e não exercem atividade laborativa: 51,5% (17 Responsáveis Familiares) exercem atividade laborativa e 48,5% (16 Responsáveis Familiares) não exercem atividade laborativa. Este dado é preocupante, uma vez que, mesmo exercendo atividade laborativa, na sua grande maioria, são atividades de cunho informal, sem acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários. Ponto pacífico na lista de causas dos problemas de acesso ao mercado de trabalho é a baixa escolaridade, conforme apresentado no Gráfico nº 04 (Gráfico nº 04 – Escolaridade do Responsável Familiar). Para tanto, no Gráfico nº 10 (Gráfico nº 10 – Participação da Família em Programas e Projetos da Educação, Saúde e Assistência Social), poderá ser percebido, que nenhuma família beneficiária do PBF no bairro Pérola – município de Flores da Cunha, participa de programas e projetos ofertados pela Educação, Saúde e Assistência Social, onde além da conclusão do Ensino Fundamental, estas famílias e estes Responsáveis Familiares, poderiam participar de cursos profissionalizantes gratuitos.

Gráfico nº 06 – Composição Familiar: número de pessoas no domicílio

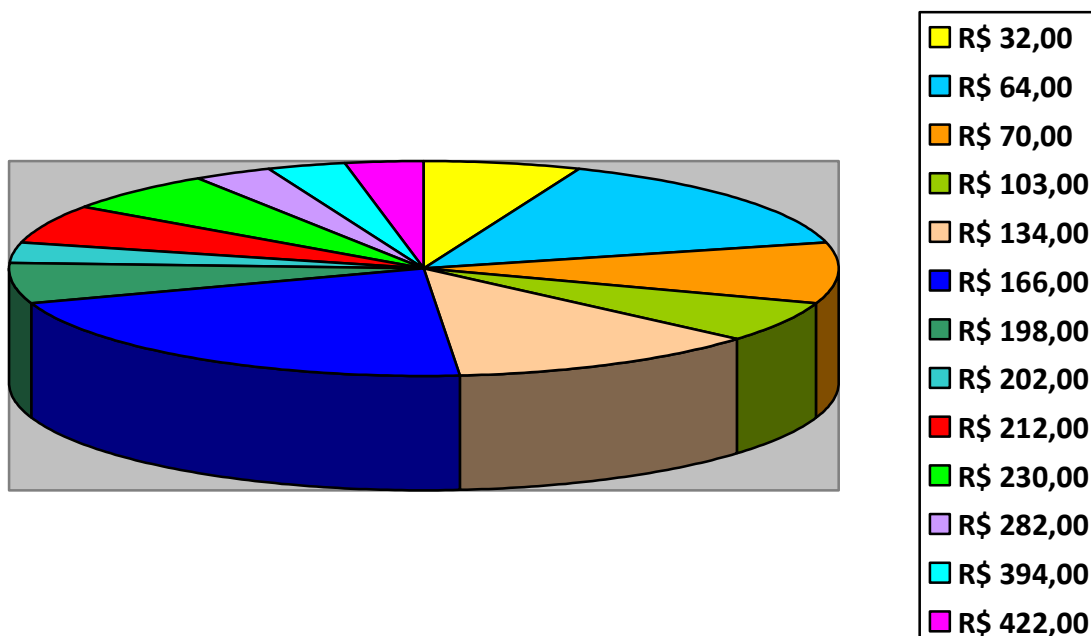


Fonte: Entrevistas realizadas com os beneficiários do Programa Bolsa Família do bairro Pérola – Município de Flores da Cunha – 2012.

Domicílio ou unidade domiciliar é a unidade residencial estruturalmente independente constituída por um ou mais cômodos, com acesso ou entrada privativa. O tamanho de um domicílio é medido pelo número de cômodos ou pela sua área construída e a densidade domiciliar é a relação entre o tamanho do domicílio e o seu número de moradores.

Os dados do Gráfico nº 06 identificam a composição familiar das famílias beneficiárias do PBF, no bairro Pérola – município de Flores da Cunha, da seguinte forma: 30% (10 domicílios) dos domicílios são compostos de 1 a 3 moradores; 55% (18 domicílios) dos domicílios são compostos de 4 a 5 moradores; e 15 % (5 domicílios) dos domicílios são compostos de 6 ou mais moradores. Se for calculada uma média da densidade domiciliar apresentada, será de 4,18 hab./dom, tendo em vista que a média nacional da densidade domiciliar é de 3,33 hab./dom, podemos concluir que não existe adensamento domiciliar. Nas entrevistas, não foram coletadas informações sobre o número de cômodos dos domicílios, entretanto, pode ser verificado através do ANEXO 2 – fotografias do bairro e dos domicílios entrevistados, onde é possível perceber que os domicílios são amplos na sua grande maioria.

Gráfico nº 07 – Renda Familiar Mensal Proveniente do PBF

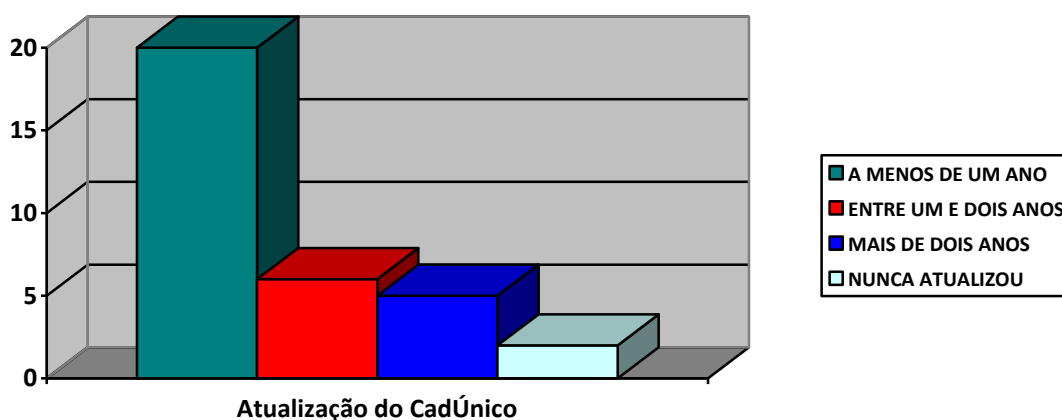


Fonte: Entrevistas realizadas com os beneficiários do Programa Bolsa Família do bairro Pérola – Município de Flores da Cunha – 2012.

O PBF transfere recursos financeiros mensalmente às famílias beneficiárias, com valores variáveis conforme as características de cada família. O benefício pode iniciar no valor de R\$ 32,00 (mínimo), podendo alcançar um valor de benefício mensal de até R\$ 500,00 por família (máximo).

Os dados do Gráfico nº 07 apresentam os valores percebidos mensalmente pelas famílias beneficiárias do PBF, residentes no bairro Pérola - município de Flores da Cunha. Indicam que 6% (2 famílias) percebem R\$32,00 mensais; 15,5% (5 famílias) percebem R\$64,00 mensais; 9% (3 famílias) percebem R\$70,00 mensais; 6% (2 famílias) percebem R\$102,00 mensais; 12% (4 famílias) percebem R\$134,00 mensais; 21,5% (7 famílias) percebem R\$166,00 mensais; 6% (2 famílias) percebem R\$198,00 mensais; 3% (1 família) percebem R\$202,00 mensais; 6% (2 famílias) percebem R\$212,00 mensais; 6% (2 famílias) percebem R\$230,00; 3% (1 família) percebem R\$282,00 mensais; 3% (1 família) percebem R\$394,00 mensais; e 3% (1 família) percebem R\$422,00 mensais.

Gráfico nº 08 – Atualização do CadÚnico



Fonte: Entrevistas realizadas com os beneficiários do Programa Bolsa Família do bairro Pérola – Município de Flores da Cunha – 2012.

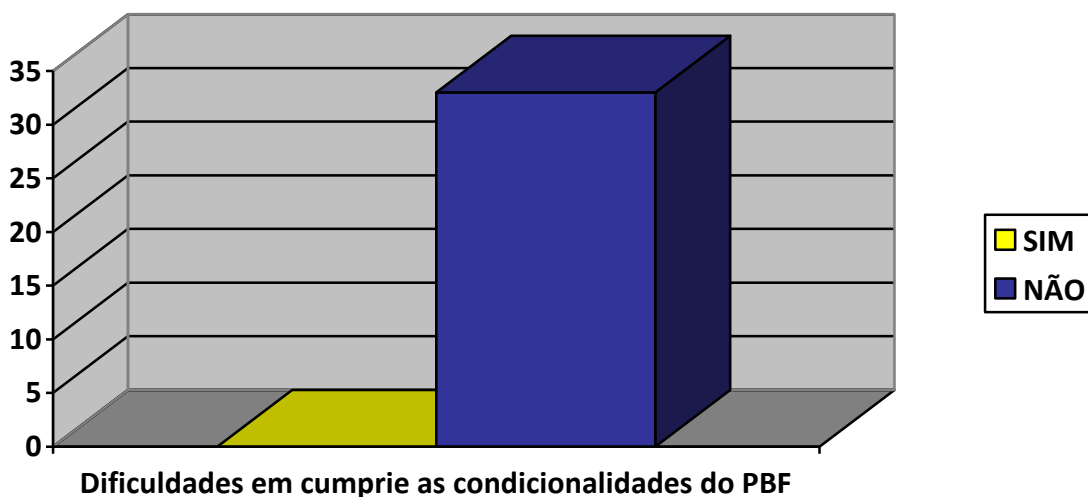
O Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público. A atualização do CadÚnico das famílias é essencial para garantir que os dados cadastrais retratem fielmente a realidade das famílias de baixa renda e permitam às famílias do Programa Bolsa Família ser acompanhadas no cumprimento de condicionalidades ou possam ser localizadas para inserção em outras políticas públicas.

O CadÚnico deve ser atualizado sempre que houver alguma mudança na composição familiar, tais como renda, endereço, morte, nascimento, entre outras, ou não havendo qualquer alteração, no prazo máximo de 2 (dois) anos, que é o prazo de validade dos dados do cadastro, de acordo com o Decreto nº 6.135/2007, contados a partir da última atualização. O não cumprimento da revisão cadastral – atualização do CadÚnico, compromete o repasse financeiro do PBF as famílias beneficiárias, podendo ser bloqueado ou cancelado. No município de Flores da Cunha, o serviço responsável pelo CadÚnico, criou um sistema próprio, organizando as datas em que as famílias devem realizar as atualizações do CadÚnico. Contudo, em virtude das frequentes mudanças de endereço, alterações do núcleo familiar, entre outros, as quais as famílias não costumam alterar até a data da próxima

atualização do cadastro, fora criado um calendário para atualizações anuais, através da letra do nome do Responsável Familiar. Ou seja, a letra A atualiza do cadastro todos os anos em janeiro, as letras B e C em fevereiro, e assim sucessivamente.

Os dados do Gráfico nº 08 mostram que 61% (20 cadastros) foram atualizados a menos de um ano; 18% (6 cadastros) foram atualizados entre 1 e 2 anos; 15% (5 cadastros) foram atualizados a mais de 2 anos; e 6% (2 cadastros) nunca foram atualizados. O gestor municipal do CadÚnico do município de Flores da Cunha, mantém uma estrutura permanente para atendimento às famílias, tendo o cuidado de divulgar o local onde ocorre esse atendimento, entretanto, mesmo com um sistema próprio e um espaço físico adequado e ampla divulgação do serviço, ainda temos famílias que não se comprometem com uma de suas responsabilidades perante o PBF. Todavia, a porcentagem de famílias que estão com seus cadastros inválidos, fora do prazo de atualização, são categóricas ao relatarem que estão cientes da necessidade da atualização do CadÚnico, porém mesmo sem realizarem a atualização, permanecem recebendo mensalmente o recurso financeiro do PBF e portanto, as atualizações não são necessárias.

Gráfico nº 09 – Dificuldades para cumprir as condicionalidades do PBF



Fonte: Entrevistas realizadas com os beneficiários do Programa Bolsa Família do bairro Pérola – Município de Flores da Cunha – 2012.

As Condicionalidades são os compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias do PBF quanto pelo poder público para ampliar o acesso dessas

famílias os seus direitos sociais básicos. Por um lado, as famílias devem assumir e cumprir esses compromissos para continuar recebendo o benefício. Por outro, as condicionalidades responsabilizam o poder público pela oferta dos serviços públicos de educação, saúde, e assistência social.

Na educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 (seis) e 15 (quinze) anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 (dezesesseis) e 17 (dezessete) anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%.

Na área de saúde, as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 (sete) anos. As mulheres na faixa de 14 (catorze) a 44 (quarenta e quatro) anos também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizes, devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê.

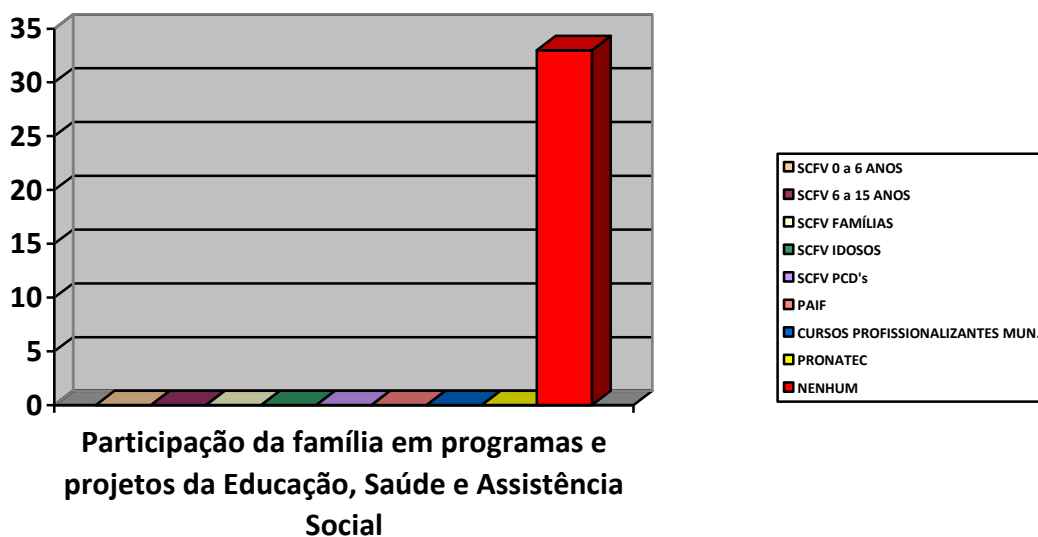
Na área de assistência social, crianças e adolescentes com até 15 (quinze) anos em risco ou retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal.

O poder público deve fazer o acompanhamento gerencial para identificar os motivos do não cumprimento das condicionalidades. A partir daí, são implementadas ações de acompanhamento das famílias em descumprimento, consideradas em situação de maior vulnerabilidade social.

Quando ocorre o descumprimento das condicionalidades, a família pode ter o benefício do PBF bloqueado, suspenso ou até mesmo cancelado.

Os dados do Gráfico nº 09 são claros ao informar que as famílias beneficiárias do PBF, no bairro Pérola – município de Flores da Cunha, não encontram dificuldade alguma no cumprimento das condicionalidades do PBF: 100% (33 famílias) relatam não encontrarem dificuldades, em virtude do fácil acesso a Unidade Básica de Saúde do bairro, bem como, acesso a escola que também se localiza no bairro. O município não executa o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, e para tanto, as famílias não tendem a cumprir esta condicionalidade.

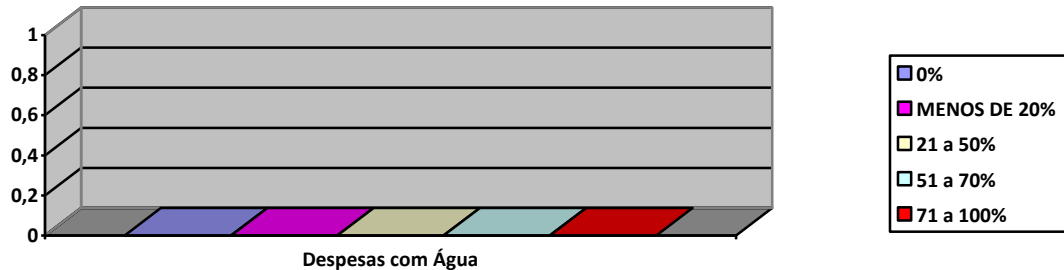
Gráfico nº 10 – Participação da Família em Programas e Projetos da Educação, Saúde e Assistência Social.



Fonte: Entrevistas realizadas com os beneficiários do Programa Bolsa Família do bairro Pérola – Município de Flores da Cunha – 2012.

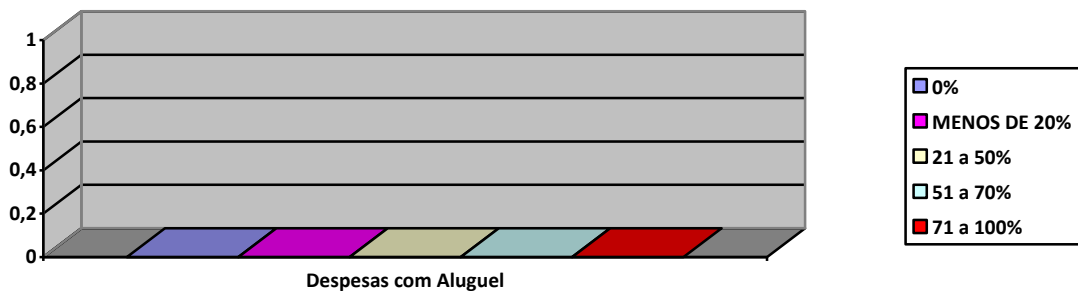
Conforme mencionado anteriormente, a educação, saúde e assistência social têm condicionalidades que as famílias devem cumprir, entretanto, estas três políticas públicas ofertam, aos munícipes de Flores da Cunha, outros programas e projetos. Assim, os dados do Gráfico nº 10 apontam quais são estes programas e projetos, bem como, em quais destes as famílias beneficiárias do PBF, bairro Pérola – município de Flores da Cunha estão inseridas. Infelizmente os dados apresentados mostram uma triste realidade: 100% (33 famílias) não fazem parte de nenhum programa ou projeto, quando questionados o motivo, informam que não há interesse em nenhum dos programas ou projetos ofertados pelo município, através da educação, saúde e assistência social. Contudo, grande parte destes projetos, foram lançados após a realização de um diagnóstico socioterritorial, o qual identificou as demandas, necessidades e vontades da população do bairro Pérola e bairro União.

Gráfico nº 11 – Despesas com Água Custeadas Mensalmente com o Recurso do PBF



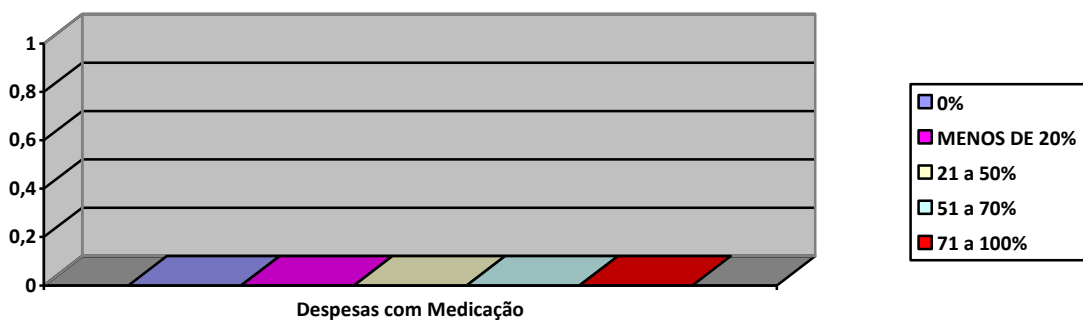
Fonte: Entrevistas realizadas com os beneficiários do Programa Bolsa Família do bairro Pérola – Município de Flores da Cunha – 2012.

Gráfico nº 12 – Despesas com Aluguel Custeadas Mensalmente com o Recurso do PBF



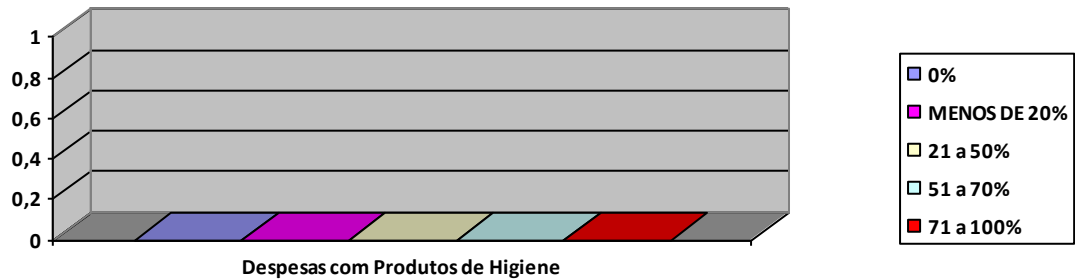
Fonte: Entrevistas realizadas com os beneficiários do Programa Bolsa Família do bairro Pérola – Município de Flores da Cunha – 2012.

Gráfico nº 13 – Despesas com Medicação Custeadas Mensalmente com o Recurso do PBF



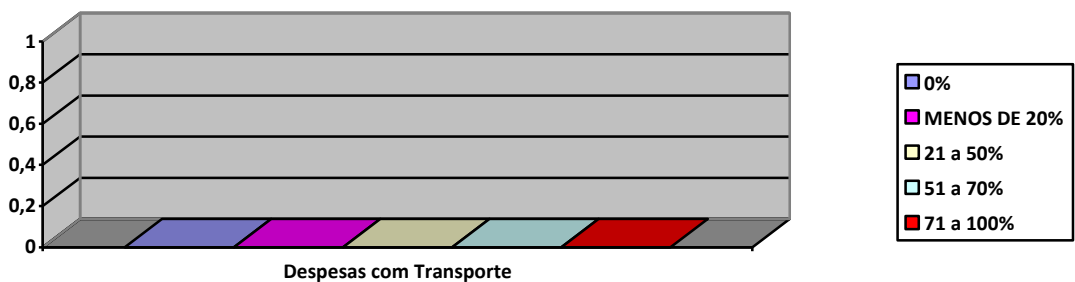
Fonte: Entrevistas realizadas com os beneficiários do Programa Bolsa Família do bairro Pérola – Município de Flores da Cunha – 2012.

Gráfico nº 14 – Despesas com Produtos de Higiene Custeadas Mensalmente com o Recurso do PBF



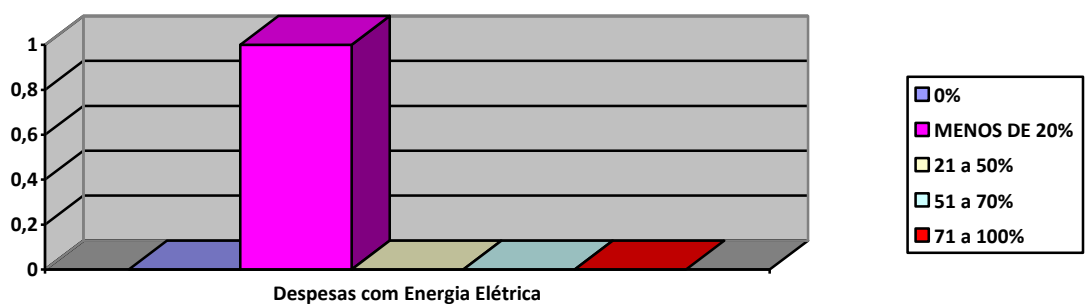
Fonte: Entrevistas realizadas com os beneficiários do Programa Bolsa Família do bairro Pérola – Município de Flores da Cunha – 2012.

Gráfico nº 15 – Despesas com Transporte Custeadas Mensalmente com o Recurso do PBF



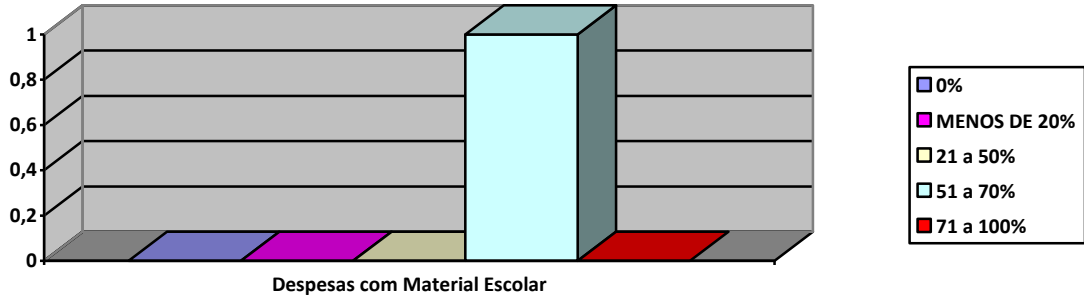
Fonte: Entrevistas realizadas com os beneficiários do Programa Bolsa Família do bairro Pérola – Município de Flores da Cunha – 2012.

Gráfico nº 16 – Despesas com Energia Elétrica Custeadas Mensalmente com o Recurso do PBF



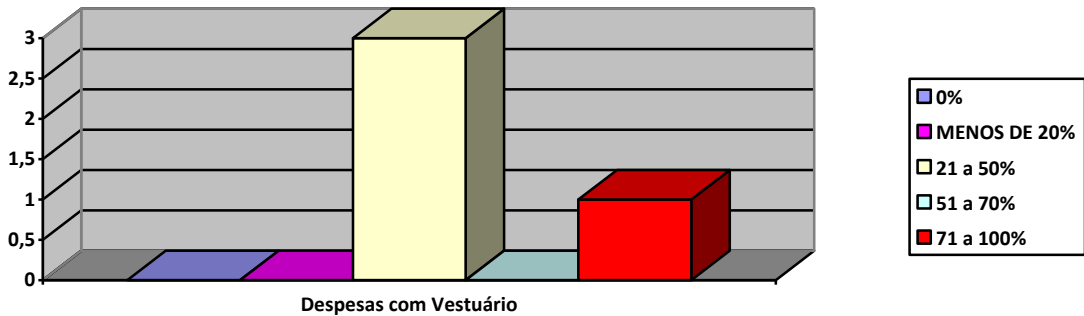
Fonte: Entrevistas realizadas com os beneficiários do Programa Bolsa Família do bairro Pérola – Município de Flores da Cunha – 2012.

Gráfico nº 17 – Despesas com Material Escolar Custeadas Mensalmente com o Recurso do PBF



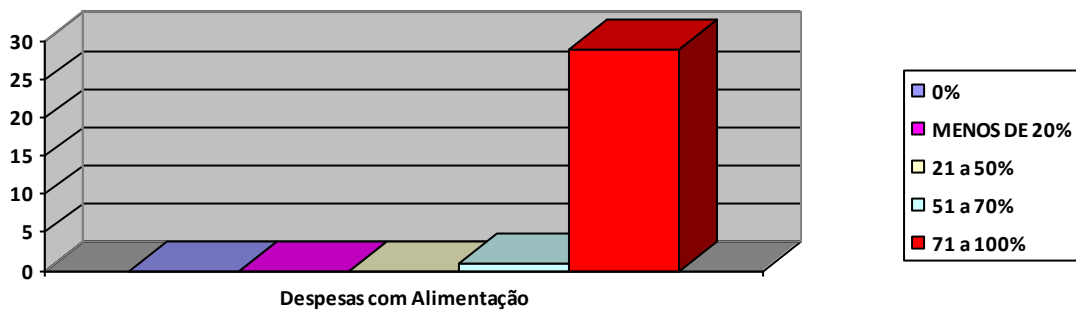
Fonte: Entrevistas realizadas com os beneficiários do Programa Bolsa Família do bairro Pérola – Município de Flores da Cunha – 2012.

Gráfico nº 18 – Despesas com Vestuário Custeadas Mensalmente com o Recurso do PBF



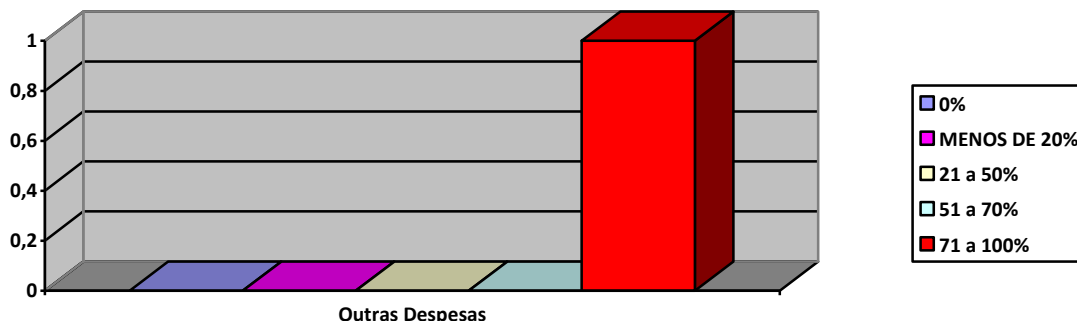
Fonte: Entrevistas realizadas com os beneficiários do Programa Bolsa Família do bairro Pérola – Município de Flores da Cunha – 2012.

Gráfico nº 19 – Despesas com Alimentação Custeadas Mensalmente com o Recurso do PBF



Fonte: Entrevistas realizadas com os beneficiários do Programa Bolsa Família do bairro Pérola – Município de Flores da Cunha – 2012.

Gráfico nº 20 – Outras Despesas Custeadas Mensalmente com o Recurso do PBF



Fonte: Entrevistas realizadas com os beneficiários do Programa Bolsa Família do bairro Pérola – Município de Flores da Cunha – 2012.

O Governo Federal criou o PBF, em 2003, para apoiar as famílias mais pobres e garantir o direito à alimentação. Para isso, há a transferência de uma renda mensal diretamente para as famílias e as mesmas fazem o resgate deste valor através de saque com cartão magnético distribuído pela Caixa Econômica Federal. As famílias beneficiárias do PBF têm “liberdade” na aplicação do dinheiro recebido, pois não existe nenhuma fiscalização com relação a este gasto, no entanto os beneficiários são orientados e utilizar o recurso principalmente nas despesas com alimentação.

Nos gráficos de nº 11 ao nº 20 são apresentados os percentuais de aplicação dos recursos recebidos. Na linha vertical consta o número de famílias e na horizontal o percentual de aplicação nos itens específicos de despesas apresentados: água, aluguel, medicação, produtos de higiene, transporte, energia elétrica, material escolar, vestuário, alimentação e outras despesas. Os resultados mostram, quase na totalidade, a realidade acima descrita, conforme informações obtidas nas entrevistas realizadas com os beneficiários do PBF, bairro Pérola – município de Flores da Cunha: 0% das famílias utilizam o recurso mensal do PBF para custear despesas com a conta de água; 0% das famílias utilizam o recurso mensal do PBF para custear despesas com aluguel; 0% das famílias utilizam o recurso mensal do PBF para custear despesas com medicação; 0% das famílias utilizam o recurso mensal do PBF para custear despesas com produtos de higiene; 0% das famílias utilizam o recurso mensal do PBF para custear despesas com transporte; 2% (1

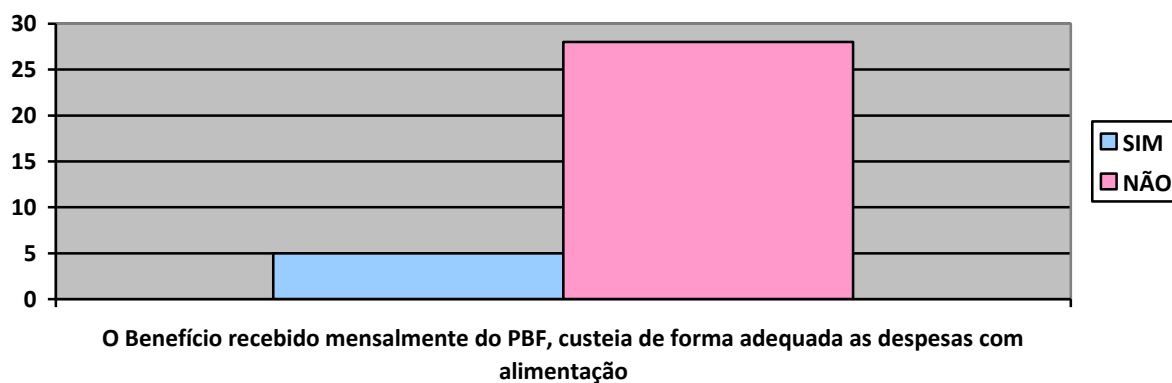
família) das famílias utilizam menos de 20% do recurso mensal do PBF para custear despesas com energia elétrica (luz); 2% (1 família) das famílias utilizam de 51% a 70% do recurso mensal do PBF para custear despesas com material escolar; 6% (3 famílias) das famílias utilizam de 21% a 50% e 2% (1 família) das famílias utilizam de 71% a 100% do recurso mensal do PBF para custear despesas com vestuário; 2% (1 família) das famílias utilizam de 51% a 70% e 85% (29 famílias) das famílias utilizam de 71% a 100% do recurso mensal do PBF para custear despesas com alimentação; e apenas 2% (1 família) das famílias utilizam de 71% a 100% do recurso mensal do PBF para custear outras despesas, que neste caso, é utilizado para custear prestações da compra de eletrodomésticos.

Para tanto, podemos afirmar que quase na sua totalidade, as famílias beneficiárias do PBF, bairro Pérola – município de Flores da Cunha utilizam de maneira adequada o recurso percebido mensalmente através do PBF: são 76% (25 famílias) que utilizam 100% do recurso para custear as despesas com alimentação; 3% (1 família) utiliza 85% do recurso para custear despesas com alimentação; 3% (1 família) utiliza 80% do recurso para custear despesas com alimentação; e 3% (1 família) utiliza 60% do recurso para custear despesas com alimentação.

De maneira “negligente” temos uma família que utiliza mensalmente 50% do recurso em material escolar e 50% do recurso em vestuário; uma família que utiliza 40% do recurso em vestuário; uma família que utiliza 100% do recurso em vestuário; uma família que utiliza 100% do recurso para aquisição de eletrodomésticos; uma família que utiliza 15% do recurso para pagamento da energia elétrica; e uma família que utiliza 20% do recurso em vestuário.

Assim, podemos afirmar que três famílias utilizam o recurso de maneira 100% negligente; uma família utiliza o recurso de maneira 40% negligente; uma família que utiliza o recurso de maneira 20% negligente; e uma família que utiliza o recurso de maneira 15% negligente.

Gráfico nº 21 – O Benefício Recebido mensalmente, através do PBF, custeia de forma adequada, as despesas com alimentação da família:



Fonte: Entrevistas realizadas com os beneficiários do Programa Bolsa Família do bairro Pérola – Município de Flores da Cunha – 2012.

A alimentação adequada é um direito fundamental de todo ser humano, inerente à sua dignidade e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal de 1988. No plano de concretização destes direitos, encontra-se a segurança alimentar e nutricional, que consiste na efetivação do acesso regular e permanente de todos a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem que outras necessidades essenciais sejam comprometidas, o que pode ser alcançado por meio de “práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável” (Brasil, 2006).

Cesta básica é o nome dado a um conjunto formado por produtos utilizados por uma família durante um mês. Este conjunto, em geral, possui os seguintes alimentos: carne, leite, feijão, arroz, farinha, batata, tomate, pão francês ou de forma, café em pó, açúcar, óleo e frutas (banana). A Cesta Básica Nacional calcula o sustento e o bem-estar de uma pessoa em idade adulta, contendo quantidades balanceadas de proteína, caloria, ferro, cálcio e fósforo.

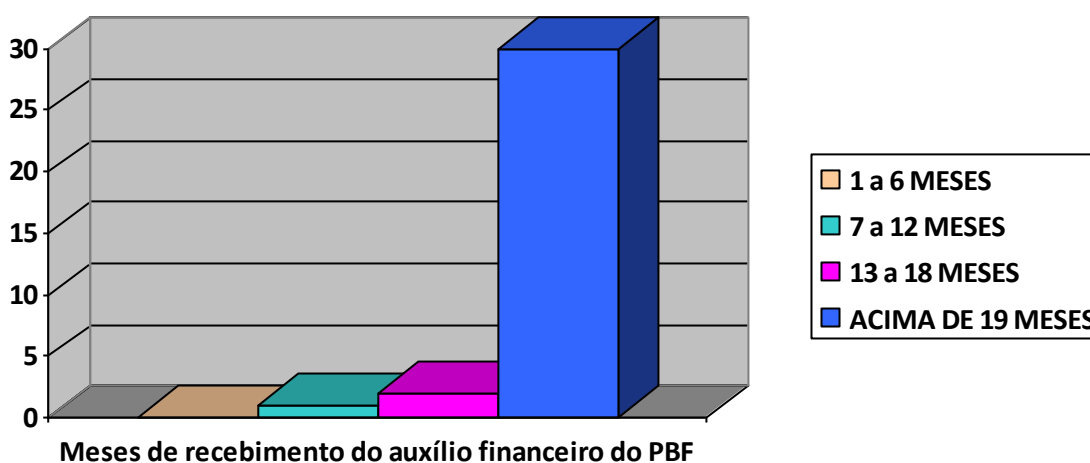
Os dados do Gráfico nº 21 mostram que apenas 15% (5 famílias) referem que o benefício recebido mensalmente pelo PBF custeia de forma adequada as despesas com alimentação da família, e 85% (28 famílias) referem não ser suficiente à renda recebida pelo PBF para custear as despesas com alimentação adequada.

As cinco famílias que afirmam que o recurso recebido mensalmente é suficiente para custear de forma adequada a alimentação, tem a seguinte composição:

Composição Familiar	Gastos Mensais com Alimentação	Valores Percebidos Mensalmente pelo PBF
7 pessoas	Acima de R\$251,00	R\$394,00
6 pessoas	Acima de R\$251,00	R\$422,00
3 pessoas	De R\$201,00 a R\$250,00	R\$212,00
2 pessoas	De R\$201,00 a R\$250,00	R\$212,00
2 pessoas	De R\$151,00 a R\$200,00	R\$202,00

Assim, as cinco famílias que afirmaram que o recurso percebido mensalmente é suficiente para custear, de forma adequada, a alimentação da família, são famílias com rendimento do PBF mais elevado ou famílias com poucos componentes familiares.

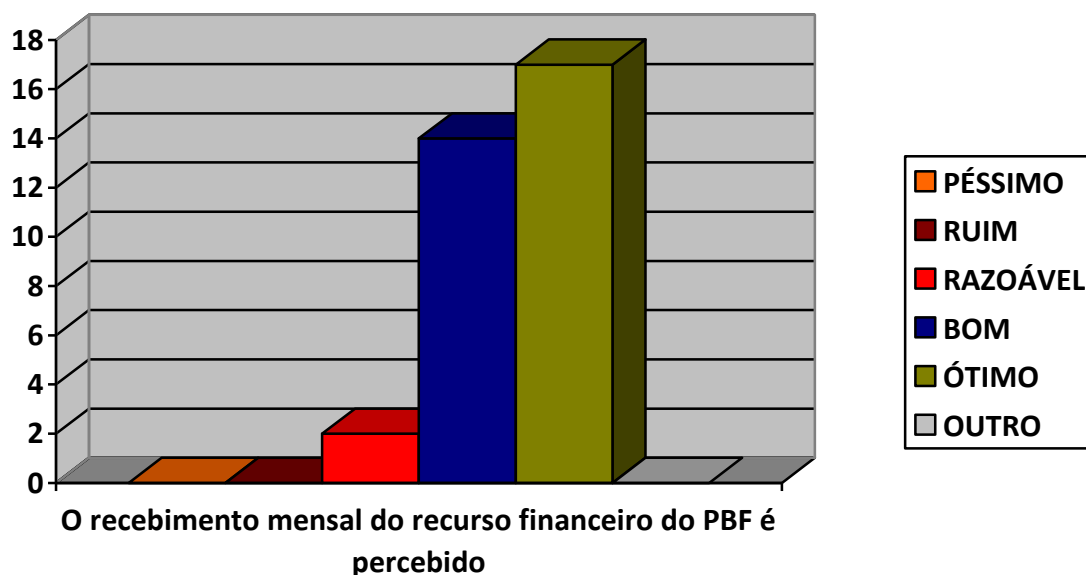
Gráficos nº 22 – Meses de recebimento do auxílio financeiro do PBF



Os dados do Gráfico nº 22 indicam que 0% das famílias recebe o benefício do PBF de 1 a 6 meses; 3% (1 família) das famílias recebem o benefício do PBF de 7 a 12 meses; 6% (2 famílias) das famílias recebem o benefício do PBF de 13 a 18 meses; e 91% (30 famílias) das famílias recebem o benefício do PBF a mais de 19 meses. Em verdade, durante a realização das entrevistas, as trinta famílias que referem que recebem o benefício a mais de 19 meses, relatam que recebem o benefício à cerca de 5 (cinco) anos – média.

O PBF não tem limite de tempo para recebimento do benefício, contudo, entendo a necessidade de limites e prazos para o recebimento deste benefício pelas famílias, uma vez que deveria ser trabalhada a autonomia destas durante o prazo de permanência no PBF. Porém, como as únicas condicionalidades do programa são com relação à saúde e educação e as famílias entendem que receberão este benefício por tempo ilimitado, não se preocupam em aproveitar as oportunidades que lhes são ofertadas para saírem desta situação de extrema pobreza e pobreza.

Gráficos nº 23 – Grau de qualificação sobre o recebimento mensal do recurso financeiro do PBF



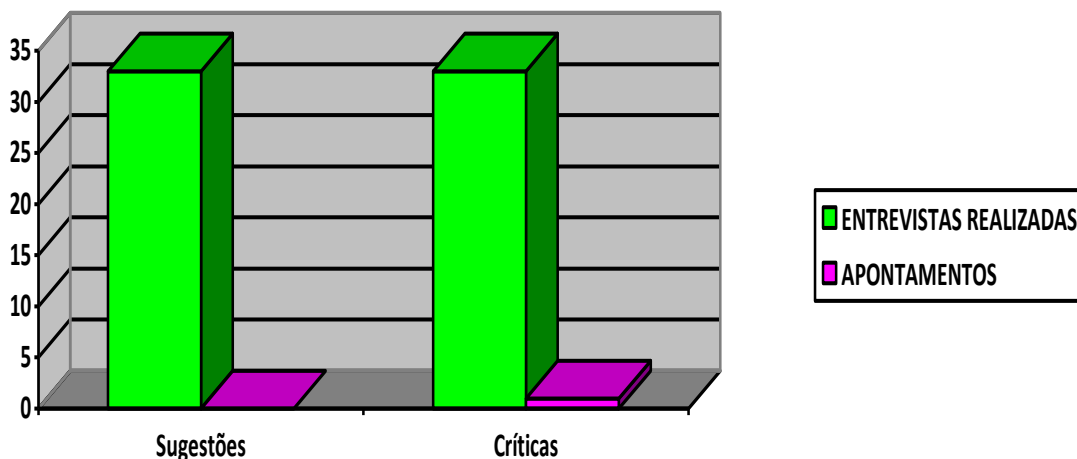
Fonte: Entrevistas realizadas com os beneficiários do Programa Bolsa Família do bairro Pérola – Município de Flores da Cunha – 2012.

No Gráfico nº 23 são apresentados o grau de qualificação sobre o recebimento mensal do recurso financeiro do PBF na percepção das famílias pesquisadas, sendo que o grau péssimo significa muito mau; o grau ruim significa mau (física ou moralmente); o grau razoável significa aceitável, suficiente; para o grau bom diz-se do que possui todas as qualidades próprias à sua natureza ou função; para o grau ótimo, muito bom, excelente, o melhor possível; e o item outro significa diferente, diverso.

Os dados do Gráfico nº 23 mostram que 0% das famílias percebe o benefício do PBF de forma péssima; 0% das famílias percebe o benefício do PBF de forma ruim; 6% (2 famílias) das famílias percebem o benefício do PBF de forma razoável; 42,5% (14 famílias) das famílias percebem o benefício do PBF como bom; 51,5% (17 famílias) das famílias percebem o benefício do PBF como ótimo; e 0% apontaram outra percepção.

As duas famílias que apontam como razoável, entendem que o repasse financeiro mensal deveria ser superior ao percebido atualmente, estas famílias monoparentais femininas não tem outra fonte de renda. As famílias que apontaram como bom ou ótimo o recebimento mensal do recurso financeiro do PBF, em sua grande maioria, referem que o recurso é uma renda extra para a família, ou seja, “tudo que vem a mais e de graça, é bem vindo” (SIU). Das famílias que apontaram o repasse financeiro mensal do PBF como bom, 8 (oito) tem renda superior ao estabelecido para recebimento do PBF e 6 (seis) enquadram-se de forma adequada; e das famílias que apontaram o recurso financeiro do PBF como ótimo, 9 (nove) tem renda superior ao estabelecido para recebimento do PBF e 8 (oito) enquadram-se de forma adequada.

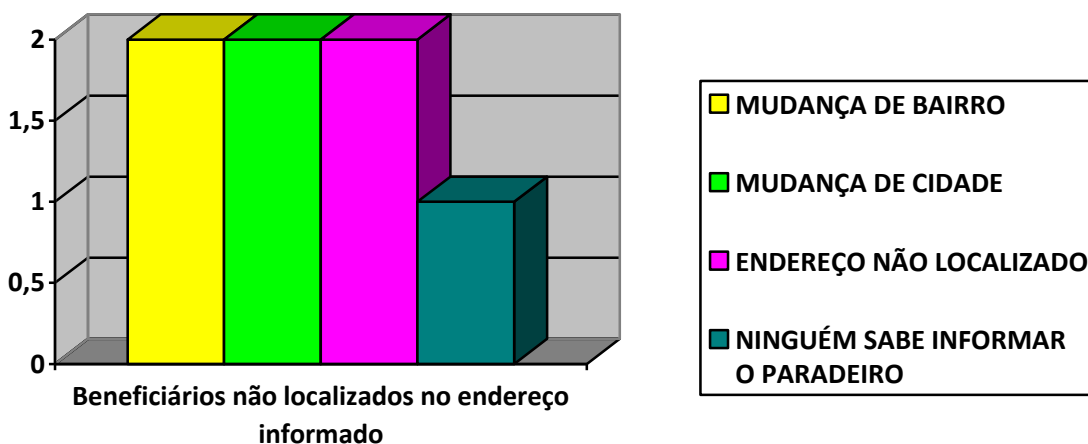
Gráfico nº 24 – Sugestões e Críticas ao PBF



Fonte: Entrevistas realizadas com os beneficiários do Programa Bolsa Família do bairro Pérola – Município de Flores da Cunha – 2012.

Os dados do Gráfico nº 24 revelam que das 33 (trinta e três) entrevistas realizadas, 0% dos entrevistados tinha sugestões ao PBF e apenas 3%, ou seja, uma única família criticou negativamente o PBF, pois entende que enquanto inúmeras pessoas recebem o benefício indevidamente outras várias famílias em situação de vulnerabilidade não o recebem.

Gráfico nº 25 – Beneficiários não localizados no endereço informado



Fonte: Entrevistas realizadas com os beneficiários do Programa Bolsa Família do bairro Pérola – Município de Flores da Cunha – 2012.

Os dados do Gráfico nº 25 revelam o número de entrevistas que não foram possíveis de serem realizadas, pois 28,5% (2 famílias) das famílias mudaram-se de bairro; 28,5% (2 famílias) das famílias mudaram-se de cidade; 28,5% (2 famílias) informaram endereço que não foi localizado no bairro; e 14,5% (1 família) nenhum morador do bairro sou informar o paradeiro.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As famílias beneficiárias do PBF, residentes no bairro Pérola – município de Flores da Cunha apresentam o perfil de famílias monoparentais femininas, compostas entre 4 e 5 pessoas, sendo as Responsáveis Familiares mulheres entre os 31 e 40 anos de idade, escolaridade entre a 5ª e 8ª série do Ensino Fundamental e exercendo atividade laborativa. Recebem a mais de dezenove meses o recurso financeiro de R\$166,00 do PBF, o qual julgam ser ótimo e é utilizado para aquisição de alimentos. Referem não ter dificuldades para o cumprimento das condicionalidades do PBF, tendo seus Cadastros Únicos para os Programas Sociais do Governo Federal atualizados a menos de um ano, contudo, não participam de nenhum programa ou projeto da Educação, Saúde e Assistência Social.

Através do perfil traçado e acima descrito, identifica-se que as famílias beneficiárias do PBF, residentes no bairro Pérola – município de Flores da Cunha, utilizam de maneira adequada, em sua grande maioria, o recurso financeiro recebido mensalmente pelo PBF, todavia, não podemos afirmar que o recurso atende as demandas para as quais ele é repassado, pois fica muito claro que os valores percebidos mensalmente pelas famílias, é insuficiente para custear de maneira adequada as despesas mensais com alimentação, gerando insegurança alimentar e a não garantia a cada indivíduo aos bens e serviços necessários a satisfação de suas necessidades básicas, e portanto, o não respeito aos direitos sociais.

O perfil destas famílias, mostra que não existe dificuldade alguma no cumprimento das condicionalidades do PBF, bem como, os CadÚnicos apresentam-se válidos e atualizados anualmente. Todavia, estas famílias não participam de nenhum programa ou projeto ofertado pelas Políticas Públicas da Educação, Saúde

e Assistência Social, além das condicionalidades, as crianças e adolescentes frequentam as Escolas de Ensino Municipal e Estadual, e todos frequentam as Unidades Básicas de Saúde, porém, nenhuma destas famílias beneficiárias, participa das ações “extras” oferecidas, como os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Familiares, Cursos Profissionalizantes gratuitos e ofertados em diversos horários, turnos inversos à escola onde são ofertadas inúmeras atividades complementares, entre outras.

Para tanto, com a afirmativa de que as famílias beneficiárias do PBF, residentes no bairro Pérola – município de Flores da Cunha, não participam das ações “extras” ofertadas pelo município, principalmente em relação aos cursos profissionalizantes ofertados gratuitamente e em diversos horários, pode-se dizer que estas famílias abdicam da “porta de saída” do PBF. Mas para que se consiga um resultado positivo em relação à inserção destas famílias nas ações “extras”, se na ponta houver um trabalho social relevante, ajudando a organizar as famílias para a tal porta de saída. Ou seja, a porta de saída depende fundamentalmente das ações dos profissionais de referência, vinculados à condicionalidade, a nível Federal, de participação das famílias beneficiárias do PBF.

Para potencializar os efeitos do PBF sobre a população mais vulnerável, segundo a socióloga Walquíria Leão Rego (2008, p. 147-158), *“seria necessário um trabalho de valorização cultural e econômica dessas comunidades, além de investimentos em educação”*.

Estudiosos dos programas de transferência de renda no Brasil concordam que o valor repassado ao público beneficiado pelo PBF é muito baixo para atender às necessidades mínimas com alimentação, e após a avaliação realizada junto às famílias já referenciadas, afirma-se que o programa tem sido capaz apenas de melhorar a situação de vida destes beneficiários. Diante desse quadro, propõe-se como critério para a avaliação das políticas públicas de transferência de renda o custo da Cesta Básica Nacional.

As críticas aqui apresentadas visam contribuir para o aperfeiçoamento do programa, já que as experiências nacionais e internacionais mostram o quão importante são os programas de transferência de renda no combate à fome, pobreza e desigualdade social e na garantia do direito à alimentação adequada, extrapolando

a singularidade e garantindo o cumprimento de seus direitos enquanto cidadãos, revelando assim, seu caráter emancipatório.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Edição 70ª. Lisboa, 1977.

Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico. Disponível em: <<https://www.cadastrounico.caixa.gov.br/portal/private/CadUnico7/>>. Acessado em: diversas vezes.

CARVALHO, Raul, e IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Editora Cortez, 1983.

Dicionário Melhoramentos da Língua Portuguesa, 1988 Cia. Melhoramentos de São Paulo. Ed. 20 19 18 17 16 15 14 13, Ano: 1999 98 97 – edição Especial para a Revista Veja.

Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. Pesquisa Nacional da Cesta Básica: Cesta Básica Nacional (Ração Essencial Mínima), 1993. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/rel/rac/metodologia.pdf>. Acessado em: acessado diversas vezes.

FERREIRA, Maria Inês Caetano. **O Bolsa Família contribui para formas mais positivas de integração social simbólica e material?** Disponível em: http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/CaetanoFerreiraPBF_impactsimbolicosmateriais.pdf

Fundação de Economia e Estatística - FEE. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=Flores+da+Cunha>. Acessado em: acessado diversas vezes.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. São Paulo: 1987.

MAGALHÃES, Rosana et al. **A implementação do programa Bolsa Família: as experiências de São Francisco de Itabapoana e Duque de Caxias**. Rio de Janeiro: Ciência & Saúde Coletiva, 2007.

MARCONI, Maria de Andrade. **Técnica de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

MINAYO, Maria Cecília Souza. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec – Abrasco, 2006.

_____; Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Perguntas e respostas sobre o Bolsa Família**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acessado em: acessado diversas vezes.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. **Manual de Gestão de Condicionalidades**. 1ª Edição. Brasília, 2006.

MINUCHIN, Salvador. **Famílias: Funcionamento & Tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 2002.

_____; **Presidência da República. Decreto 5.209** de 17 de setembro de 2004. Regulamenta o Programa Bolsa Família, 2004.

_____; **Presidência da República. Lei 8.742** de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, 1993.

_____; **Presidência da República. Lei 10.836** de 9 de janeiro de 2004. Institui o Programa Bolsa Família, 2004.

_____; **Presidência da República. Medida Provisória nº 132** de 20 de outubro de 2003. Cria o Bolsa Família, 2003.

REGO, Walquíria Leão. **Aspectos teóricos das políticas de cidadania: uma aproximação ao Bolsa Família**. In: Lua Nova, São Paulo, p. 147-185, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n73/n73a07.pdf>

SCHWARTZMAN, Simon. **Bolsa família: mitos e realidades**. Publicado em Interesse Nacional, Ano 2, N. 7, Dezembro de 2009, PP.20-- 28. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/bolsa09.pdf>

Sistema de Benefícios ao Cidadão – SIBEC. Disponível em: <<https://www.beneficiosociais.caixa.gov.br/>>. Acessado em: acessados diversas vezes.

STANHOPE, Marcia. **Teorias e Desenvolvimento Familiar.** 1.^a ed. Lisboa: Lusociência, 1999.

ANEXO A

Questionário referente ao trabalho de conclusão do curso de pós-graduação em Gestão Pública, sobre o Programa de Transferência de Renda Bolsa Família – PBF, no município de Flores da Cunha.

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM
Curso de Especialização em Gestão Pública

Questionário referente ao trabalho de conclusão do curso de pós-graduação em Gestão Pública, sobre o Programa de Transferência de Renda Bolsa Família – PBF, no município de Flores da Cunha

Nome (resp. familiar) _____

Idade: _____ **Escolaridade:** _____

Endereço: _____

Bairro: _____ **Tempo de residência no município:** _____

Telefone para contato (direto ou recado) _____

Exerce atividade laborativa? () Não () Sim - Qual? _____

Renda mensal PBF: _____ **Outras:** _____

COMPOSIÇÃO FAMILIAR - Nº de pessoas no domicílio: _____

Nome	Idade	Escolaridade	Local Trabalho	Renda mensal

1) Última atualização do CadÚnico foi há:

() Menos de 1 ano () Entre 1 e 2 anos () Mais de 2 anos () Nunca atualizou

2) Dificuldades para cumprir as condicionalidades do PBF? () Não () Sim –

Quais/porque? _____

3) A família participa de algum destes programas ou projetos?

() SCFV 0 a 6 anos () SCFV 6 a 15 anos () SCFV Famílias () SCFV Idosos

() SCFV PCD's () PAIF () Cursos Profissionalizantes Mun. () PRONATEC

4) Percentual de despesas custeadas mensalmente com o recurso do PBF:

	0%	Menos de 20%	De 21% a 50%	De 51% a 70%	De 71% a 100%
Água					

Alimentação					
Aluguel					
Luz					
Mat. Escolar					
Medicação					
Prod. Higiene					
Transporte					
Vestuário					
*Outras					

***Quais são as outras despesas?** _____

5) O benefício recebido mensalmente, através do PBF, custeia de forma adequada, as despesas com alimentação de sua família? () Não () Sim

6) Quanto a família gasta mensalmente com alimentação?

() De R\$ 50,00 à R\$ 100,00 () De R\$ 101,00 à R\$ 150,00 () De R\$ 151,00 à R\$ 200,00 () De R\$ 201,00 à R\$ 250,00 () Acima de R\$ 251,00

7) A quanto tempo recebe o benefício:

() 1 a 6 meses () 7 a 12 meses () 13 a 18 meses () acima de 19 meses

8) Como percebe, financeiramente, o recebimento mensal do recurso do PBF?

() Péssimo () Ruim () Razoável () Bom () Ótimo () Outro: _____

SUGESTÕES DE MELHORIA AO PRGRAMA _____

CRÍTICAS AO PROGRAMA: _____

DATA: ____/____/____ Assinatura entrevistado: _____

ANEXO B**Fotografias do bairro Pérola – município de Flores da Cunha****Fotografias de alguns domicílios entrevistados**



Figura 1 / Pórtico de entrada do município de Flores da Cunha/RS
Imagem registrada na data de 21 de outubro de 2012 – Acervo Pessoal.



Figura 2 / Entrada do bairro Pérola – município de Flores da Cunha/RS
Imagem registrada na data de 21 de outubro de 2012 – Acervo Pessoal.



Figura 3 / Rua dos Araças - bairro Pérola – município de Flores da Cunha/RS
Imagem registrada na data de 21 de outubro de 2012 – Acervo Pessoal.



Figura 4 / Rua das Acácias - bairro Pérola – município de Flores da Cunha/RS
Imagem registrada na data de 21 de outubro de 2012 – Acervo Pessoal.



Figura 5 / Rua das Acácias - bairro Pérola – município de Flores da Cunha/RS
Imagem registrada na data de 21 de outubro de 2012 – Acervo Pessoal.



Figura 6 / Rua das Pitangueiras- bairro Pérola – município de Flores da Cunha/RS
Imagem registrada na data de 21 de outubro de 2012 – Acervo Pessoal.



Figura 7 / Rua das Palmeiras - bairro Pérola – município de Flores da Cunha/RS
Imagem registrada na data de 21 de outubro de 2012 – Acervo Pessoal.



Figura 8 / Rua dos Ciprestes - bairro Pérola – município de Flores da Cunha/RS
Imagem registrada na data de 21 de outubro de 2012 – Acervo Pessoal.



Figura 9 / Rua das Macieiras - bairro Pérola – município de Flores da Cunha/RS
Imagem registrada na data de 21 de outubro de 2012 – Acervo Pessoal.